

# BOLETIM INFORMATIVO

SESI

Sindicato das Empresas  
de Seguros Privados e de Capitalização  
no Estado de São Paulo


ANO XIII - São Paulo, 15 de outubro de 1980 - Suplemento ao nº 299

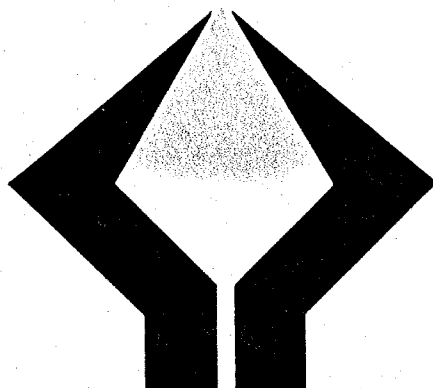
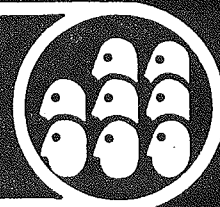
Com a presença de autoridades oficiais, seguradores, corretores de seguros, técnicos do setor e personalidades ligadas à atividade seguradora, teve início dia 6 do corrente mês, em Belo Horizonte, a 11ª Conferência Brasileira de Seguros Privados e Capitalização, sob o patrocínio do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado de Minas Gerais.

A Conferência foi instalada no Palácio das Artes em Sessão Solene com discurso de abertura dos trabalhos pelo Presidente de Honra do conclave, Dr. France lino Pereira, Governador do Estado de Minas Gerais. Na mesma ocasião falaram o Pre sidente do Sindicato das Seguradoras de Minas Gerais, Dr. Alberto Oswaldo Continen tino de Araújo, o Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, Dr. Ernesto Al brecht e o Presidente do Sindicato das Seguradoras de São Paulo, sr. Walmiro Ney Cova Martins. As atividades da 11ª Conferência se desenvolveram na Associação Mé dica de Minas Gerais, local destinado aos Grupos de Trabalho que analisaram Assun tos Técnicos, de Produção e Administração e Finanças, às Sessões Plenárias, aos Paî néis de Resseguro Internacional e sobre Previdência Privada, às conferências do se gurador espanhol Dr. Ignacio Hernando de Larramendi e do Superintendente da Susep, Dr. Francisco de Assis Figueira. Durante a última Sessão Plenária foi decidido transferir à Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitaliza ção a responsabilidade de organização da 12ª Conferência Brasileira de Seguros Pri vados e Capitalização que deverá ter como sede Brasília ou Foz de Iguaçu. A Sessão Solene de Encerramento, realizada no dia 10 último, no mesmo local, às 17 horas, foi presidida pelo representante do Ministro da Fazenda, Dr. Mailson Ferreira Nóbrega, Coordenador dos Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, que justificou a ausência do Ministro Ernane Galvêas, em missão oficial no Chile integrando a Comitiva Presidencial. Iniciando a cerimônia, o representante ministerial deu a palavra ao Dr. Clínio Silva, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, e, em seguida, leu a mensagem do Ministro dirigida aos congressistas e encerrou os trabalhos da 11ª Conferência Brasileira de Seguros Privados e Ca pitalização.

Dada a importância das atividades desenvolvidas no encontro dos seguradores na Capital Mineira, a Diretoria deste Sindicato resolveu editar este Suplemento dedica do ao relevante evento.

SUPLEMENTO ESPECIAL





## 11ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO

BELO HORIZONTE / MG-6 A 10  
DE OUTUBRO DE 1980

*No momento em que a terra hospitaleira das Minas Gerais abre seus braços para receber seguradores de todo o Brasil, é com a maior alegria que lhes damos Boas-Vindas, na esperança de que o agradável convívio que iremos desfrutar, fortaleça ainda mais os laços de amizade que, a todos, nos une.*

*Alberto Oswaldo Continentino de Araújo*



MESA DIRETORA

PRESIDENTE: Alberto Oswaldo Continentino de Araújo  
VICE-PRESIDENTES: Walmiro Ney Cova Martins  
Victor Arthur Renault  
SECRETÁRIOS: Ruy Bernardes de Lemos Braga  
Hamilcar Pizzato  
Diógenes Borges da Silva  
José Maurício Rodrigues Mello

COMISSÃO DE RESOLUÇÕES

Geraldo de Souza Freitas  
Luiz de Campos Salles  
Pedro Pereira de Freitas  
Celso Falabella de Figueiredo Castro  
Eduardo Baptista Vianna  
Jorge do Marco Passos

GRUPOS DE TRABALHO

ASSUNTOS TÉCNICOS: Alfredo Dias da Cruz  
Alberio Ravedutti Bulcão  
Fernando Nelson Piazza  
Ivan Gonçalves Passos  
Breno Decina

ASSUNTOS DE PRODUÇÃO: Ângelo Artur de Miranda Fontana  
Adolpho Bertoche Filho  
César Pereira Vanucci  
Sérgio Túbero  
José Oswaldo de Miranda

ASSUNTOS DE ADMINISTRAÇÃO

E FINANÇAS : Nilton Alberto Ribeiro  
Virgílio Carlos de Oliveira Ramos  
Dêlio Ben-Sussan Dias  
Armando Erik de Carvalho  
Fernando Osório Alves

COORDENADORES DAS SESSÕES

PLENÁRIAS : Jorge do Marco Passos  
Pedro Pereira de Freitas  
Luiz de Campos Salles  
Eduardo Baptista Vianna

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS TRABALHOS NAS SESSÕES

SESSÃO PLENÁRIA - TESES

- Nº 01 - Mais Autonomia, Maior Criatividade Autoria - Caleb do Espírito Santo
- Nº 04 - As Pessoas Jurídicas que Congregam Grupos e a Previdência Privada Autoria - Manoel S. Soares Póvoas
- Nº 05 - Regime Tributário da Previdência Privada Autoria - Manoel S. Soares Póvoas
- Nº 07 - Uma cláusula de Renovação Automática com Atualização das Importâncias Seguradas. Autoria - Urbano de Albuquerque e Maria Andréa Rossi Erichesen.
- Nº 17 - Seguro Familiar Autoria - Altair Alvim
- Nº 19 - Melhoria das Condições de Segurança nas Cidades do Interior Autoria - Laércio Camilo
- Nº 22 - A Prescrição no Seguro de Resp. Civil Autoria - Mário Palmeira Ramos da Costa .
- Nº 21 - Fracionamento do Prêmio de Seguro Autoria - Carlos Benedito Orsi Parenzi
- GRUPO TÉCNICO
- Nº 03 - Incêndios em Supermercado Autoria - José Cesar Caiaja Júnior
- Nº 08 - O Menor no Seguro de Acidentes Pessoais Ampliação de Cobertura Autoria - Eliane Barroso Ferreira
- Nº 12 - A Classificação de Construção de Classe 1 Autoria - Célio O. Nascentes
- Nº 13 - Adicional Progressivo no Ramo Incêndio Autoria - Célio O. Nascentes
- Nº 14 - A Classificação dos Riscos de Classe de Construção 2,3 e 4 Autoria - Célio O. Nascentes
- Nº 16 - A Desocupação de Espaços Cheios Autoria - Paulo Eduardo F.B. e Jairo P. B.
- Nº 18 - Concorrência de Seguros Autoria - Celio Olympio Nascentes
- Nº 26 - O Seguro de crédito à exportação Autoria - Célio Olympio Nascentes
- Nº 27 - Método Auxiliar para aceitação e taxaçaõ de seguros de lucros cessantes decorrentes de quebra máquinas Autoria - Marcos Lúcio de Moura e Souza

GRUPO DE PRODUÇÃO

- Nº 02 - Introdução ao Estudo da Demanda  
no Mercado Segurador Brasileiro
- Nº 09 - O Preenchimento dos Espaços Vazios na  
Área do Seguro e da Capitalização
- Nº 10 - A Expansão do Seguro Grupal
- Nº 20 - Curso de Corretores por Correspondência
- Nº 23 - Seguro de Fiança Locatícia
- Nº 25 - O Risco Industrial e o Vazio da Prestação  
de Serviços Técnicos

GRUPO ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

- Nº 06 - Compatibilidade no Desenvolvimento de  
Recursos Humanos
- Nº 11 - Veiculação de Dados Básicos para um Maior  
Conhecimento dos Seguros
- Nº 15 - O Preenchimento dos Espaços Vazios na Área  
do Seguro
- Nº 24 - A Capacitação Profissional e o Preenchimento  
dos Espaços Vazios
- Autoria - Eduardo G. Peres
- Autoria - Maria da Conceição Castro e  
Francisco Antonio Pinho de Barros
- Autoria - José Romulo Bulhões Santos
- Autoria - Irio Sander
- Autoria - Mário Palmeiras Ramos da Costa
- Autoria - Paulo Leão de Moura Júnior
- Autoria - Margarida Cavalcanti Pessoa
- Autoria - Vinicius Geova
- Autoria - Célio Olympio Nascentes
- Autoria - Antonio Garcia Rodenburg de M. Neto  
Joaquim Rocha  
Luis López Vásquez  
Nelson Martins Fontana  
Rogério Antonio Alves



11ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE  
SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO  
BELO HORIZONTE - MG 6 A 10 DE OUTUBRO DE 1980

DIA 6 - SEGUNDA FEIRA

19,00 Horas - Sessão Solene de Instalação da Conferência

Local: Palácio das Artes

Av. Afonso Pena, 1537

Discurso de Abertura dos Trabalhos pelo Presidente de Honra da Conferência, Dr. Francelino Pereira, Governador do Estado de Minas Gerais.

Meus senhores,

Todos os setores da economia nacional realizam, neste momento, uma profunda reflexão sobre as dificuldades de hoje e sobre as perspectivas de amanhã. Diria mesmo que a sociedade inteira - povo, empresários e Governo - está aprendendo com a atual crise, tirando dela lições que nos ajudarão a manter o ritmo desejável de crescimento, nos próximos anos.

É natural, portanto, que esta Décima Primeira Conferência Brasileira de Seguros Privados e Capitalização constitua também uma extraordinária oportunidade para que os empresários do setor meditem sobre os problemas que afetam a atividade seguradora em nosso país, neste momento que - por ser de transição e mudança - é essencialmente crítico.

Se a crise é uma soma de oportunidade e risco, ninguém melhor que os senhores conhece todas as dimensões desta interação de fatores. Mais que quaisquer outros empresários, os senhores acostumaram-se a fazer do risco a variável mais significativa de toda a sua atividade econômica.

Assim, situam-se também entre os melhor aparelhados para utilizar as dificuldades de hoje como trampolim para um crescimento ainda mais expressivo, nos próximos anos.

.../.



Aliás, o excepcional desempenho da atividade seguradora, nos últimos dez anos, demonstra que o setor encontra-se bem equipado para superar quaisquer dificuldades.

Entretanto, como o próprio empresariado reconhece, tal desempenho ainda se encontra muito longe de atingir o seu ponto ideal. Ou, pelo menos, de realizar as metas que são inteiramente viáveis, em decorrência da expansão da economia brasileira e da modernização de nossa sociedade industrial.

Sei que os senhores estão bem conscientes de que o Brasil ainda apresenta imenso potencial não explorado pelas empresas de seguros e capitalização, e que mesmo na conjuntura atual os resultados poderiam ser maiores. E sei também que estão trabalhando para ocupar esse espaço vazio, como de resto se pode ver pelo próprio tema central deste encontro.

Gostaria, entretanto, de ressaltar um aspecto da atividade seguradora que não tem sido convenientemente valorizado em nosso país. Trata-se da importância do seguro como indicador do próprio grau de desenvolvimento econômico e social de um povo.

Entre os indicadores usualmente adotados para avaliar o nível de desenvolvimento, deveríamos incluir sempre o desempenho da atividade seguradora, ao lado do consumo de aço ou de energia elétrica e do crescimento do Produto Interno Bruto.

Isto porque a expansão dos seguros revela o estágio de conscientização de toda uma sociedade para a tarefa de proteger o seu patrimônio natural, cultural, artístico, industrial ou comercial. E revela, também, a consciência que têm os cidadãos do seu dever de preservar a própria vida e o conforto de sua família.

Vista sob esse ângulo, a atividade seguradora passa a ser, assim, um dos mais seguros indicadores sociais de que podemos dispor, para medir o avanço do processo de modernização, que é uma consequência natural do desenvolvimento econômico.

Esse mesmo desenvolvimento econômico, proporcionando uma nova qualidade de vida para os seres humanos, traz também inovações científicas, tecnológicas e industriais que podem se constituir em novos riscos para os bens patrimoniais, a integridade física e a própria vida.

Por isso mesmo, ele exige a constante atualização de uma espécie de auto-consciência social, que fique alerta para os riscos e estimule nos cidadãos uma atitude de prevenção contra as ameaças ao seu bem-estar.

A atividade seguradora confunde-se, assim, de uma certa maneira, com o dever do próprio Estado, que numa sociedade democrática deve colocar a vida do homem acima de quaisquer outros objetivos.

Creio que este foi um dos motivos que levaram o Governo federal a intervir, de modo tão profundo, na atividade seguradora nacional, promovendo uma verdadeira revolução no setor, nestes últimos quinze anos.

Após um período longo de desorganização e descapitalização das empresas, o setor encontrava-se então visivelmente estagnado, numa séria ameaça ao próprio processo de desenvolvimento econômico do País.

Hoje, vemos que o mercado de seguros tem crescido a taxas mais elevadas que a do Produto Interno Bruto, numa demonstração de que soube reagir e vencer as dificuldades de 15 anos atrás, para se tornar um instrumento poderoso de apoio e segurança para as atividades produtivas.

Talvez tenha chegado a hora - como afirmam os empresários do setor - de um gradual distanciamento do Estado, abrindo à iniciativa privada um espaço mais amplo, uma oportunidade mais efetiva de exercitarem a sua criatividade na busca de novos negócios.

Se for este o caso, o momento atual é o mais oportuno para o debate, pois a abertura política e o desenho de novas instituições democráticas chegam agora ao campo empresarial, e o que se pede à iniciativa privada é uma integral participação nas decisões econômicas fundamentais.

Senhores,

Creio que ainda há muito a fazer, antes que a comunidade brasileira se conscientize integralmente da importância da atividade seguradora, não apenas para a promoção do bem-estar dos cidadãos, mas para a própria continuidade do nosso desenvolvimento econômico.

Encontros como este certamente contribuem para despertar o interesse de toda a sociedade pela questão dos seguros, além de permitirem uma reflexão em conjunto sobre as perspectivas do setor.

Só posso lhes desejar que sejam produtivos os debates e que este encontro se desenvolva num clima de harmonia, indispensável à definição de posicionamentos que reflitam, com perfeição, as aspirações de todos os empresários do setor.

Estou certo de que Minas - que os senhores, carinhosamente, escolheram pela segunda vez para cenário de uma Conferência Brasileira de Seguros - saberá lhes oferecer a melhor acolhida e o ambiente de tranquilidade que desejam, nesta jornada que é do interesse de todos nós.

Sejam bem-vindos a Minas. E sejam felizes.

Muito obrigado.



**11ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE  
SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO**  
BELO HORIZONTE/MG: 6 A 10 DE OUTUBRO DE 1980

**DIA 6 – SEGUNDA FEIRA**

**19,00 Horas – Sessão Solene de Instalação da Conferência**  
**Local: Palácio das Artes**  
**Av. Afonso Pena, 1537**

**Discurso do Presidente do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado de Minas Gerais, Dr. Alberto Oswaldo Continentino de Araújo.**

Senhores Convencionais:

Minas Gerais toda se engalana e se veste de seus melhores atavios para hospedar a 11ª Conferência Brasileira de Seguros Privados e Capitalização.

Esta Belo Horizonte, que ora tem a honra insigne de jubilosamente vos receber, há de buscar no recondito da alma mineira aquele sentido de hospitalidade que sempre foi o apanágio da nossa gente, desejosa de que todos se sintam como em suas casas.

É certo que não mais encontrareis aqui aquela "Cidade Vergel" cantada pelos poetas de outrora. As composições do progresso mudaram a imagem física da nossa urbe, hoje com ares de metrópole jovem e dinâmica. Encontrareis, porém, eu vos garanto, aquele mesmo espírito tradicional da gente mineira, que se dá por inteiro a quantos aqui aportam: viajores em busca de suas belezas naturais e dos tesouros artísticos de sua emocionante história ou empresários a trazer sua contribuição inestimável ao progresso do Estado.

Neste clima de festa e de cívica exaltação, cabe a mim o privilégio e a alegria de dar-vos, em meu nome, em nome do Sindicato que tenho a honra de presidir e, mais que isto, em nome do povo de Minas Gerais, as nossas mais calorosas boas-vindas.

E, ao fazê-lo, não posso esconder o meu orgulho ao ver que os elementos mais representativos da indústria do seguro, as mais destacadas personalidades ligadas ao Sistema Nacional de Seguros Privados e altas autoridades dos poderes da Nação, do Estado e do Município, aqui estão a prestigiar o certame maior do Seguro Brasileiro.

As nossas boas-vindas se estendem igualmente - e aqui elas se revestem de especial carinho - às esposas e demais familiares de Convencionais e Convidados, que irão tornar mais amenas nossas jornadas de trabalho.

Como não poderia deixar de ser - e manda a tradição - nossa Comissão Organizadora elaborou um programa social, parte dedicada exclusivamente às senhoras, para que elas preencham de forma mais agradável o tempo que nós, os homens, empregamos na lida com as teses a serem aqui discutidas.

Ao programa de uma Conferência desenrolada em Minas Gerais, a cujo passado estão intimamente ligados os episódios históricos precursores da nossa Independência, não poderia faltar a romaria cívica à cidade de Ouro Preto, berço da nacionalidade e que, monumento nacional, foi agora elevado pela UNESCO a Monumento Histórico Universal, o que a torna patrimônio comum de toda a humanidade.

Para isto, reservou-se um dos dias da semana, oportunidade em que os participantes da 11a. Conferência irão conhecer - ou rever alguns - as mais be

las concepções da arquitetura barroca, enriquecidas pela arte sem par de Antônio Francisco Lisboa, o "Alcibádis".

Após a 10a. Conferência realizada em São Paulo, quando começávamos a sentir o peso da responsabilidade que a organização desta 11a. Conferência iria nos impor, deparamo-nos desde logo com a necessidade da escolha de um tema que se projetasse no tempo, mantendo-se atualizado e inspirador.

E, há pouco mais de dois anos, aprovada que fora a nossa sugestão de que esse tema ensejasse a sondagem dos espaços vazios na área do seguro, apôs-sou-se de nós uma indisfarçável apreensão: Não seria um tema por demais ambicioso? Não seria um tema que iria desmotivar, pela sua amplitude, os participantes, privando-os deste nosso convívio?

Hoje, todavia, diante dessa presença maciça com que vemos brindados os nossos esforços, podemos afiançar que a apreensão e as dúvidas de ontem não se justificavam. Estamos agora convictos que a idéia encontrou receptividade, foi bem compreendida e despertou viva expectativa, eis que os trabalhos enviados para o debate prometem conduzir-nos a uma interessante e proveitosa incursão pelos mais variados campos ainda inexplorados da nossa atividade. Seus autores nos levarão a meditar sobre o quanto ainda poderá ser conquistado.

Eles propiciarão, às mentes abertas ao diálogo, indagações e respostas sobre os espaços a serem ocupados em todas as áreas do seguro, sobretudo nesse vasto e tão pouco explorado campo dos seguros de pessoas.

Oferecerão à análise métodos e procedimentos, visando ao estímulo da procura e à orientação da oferta em modalidades de cobertura pouco desenvolvidas e de considerável potencial.

Seus autores proporão questões e soluções a respeito da prestação de serviços técnicos e da evolução das condições de apólices e tarifas, sem faltarem as não menos importantes contribuições para motivar a prevenção e a segurança contra os riscos cotidianos.

Eles defenderão idéias sobre a necessidade de novos investimentos na formação de recursos humanos, mostrando-nos vazios no campo dos ensinamentos profissionais de nível superior e na habilitação de corretores residentes fora das grandes capitais.

Os painéis sobre Previdência Privada e Resseguro Internacional, a cargo de renomados especialistas, cuja destacada atuação no meio segurador brasileiro lhes garante auditórios lotados, e atentos, nos trarão, temos certeza, as imagens do momento e as perspectivas do porvir que todos desejamos esquadriñar.

O mundo que antes parecia tão distante e que hoje influencia diretamente nossos passos, será também visto através da palestra com que o eminente em



presário e segurador espanhol, autor de numerosos livros e artigos sobre seguro, sociologia e motivos sócio-econômicos, Dr. Ignácio Hernando de Larramendi, nos obsequiará.

Exposto, em linhas gerais, o esquema da Ila. Conferência, cabe-me agora a honra e o dever de apresentar o agradecimento do Sindicato de Minas Gerais a todos vós, cuja participação irá prestigiar e engrandecer os trabalhos deste certame.

Este agradecimento se dirige, em especial, aos componentes da Comissão Organizadora; aos dirigentes das Seguradoras que patrocinaram os eventos sociais e daquelas que ofereceram brindes aos Convencionais; aos participantes que apresentaram teses, trabalhos e painéis; a todos quantos vêm contribuindo e irão contribuir para o êxito do nosso evento.

Agradecimento muito especial se dirige a ilustres personalidades que nos honram com a sua presença, entre as quais é de meu dever distinguir os Exmos. Senhores Dr. Francelino Pereira dos Santos, ilustre Governador do Estado e Patrono de Honra da Ila. Conferência; Dr. Ernane Galvêas, Presidente de Honra DD. Ministro de Estado da Fazenda, que irá discursar na Sessão de Encerramento; Dr. Francisco de Assis Figueira, DD. Superintendente da SUSEP; Dr. Ernesto Albrecht, DD. Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, Clínio Silva, Presidente da FENASEG; Dr. Carlos Frederico Lopes da Motta, Presidente da FUNENSEG; Dr. Ignácio Hernando de Larramendi, Ilustre Segurador Espanhol, dirigente

do Grupo MAPFRE, que, embora às vésperas de sua participação nas JORNADAS IBERO-AMERICANAS DE SEGURO, para aqui se deslocou para nos honrar com a sua presença e sua palavra autorizada: Presidentes dos Sindicatos Regionais; Paulo Gyner Barreto Corrêa, DD. Presidente da Federação Nacional dos Corretores de Seguros; Presidentes dos Sindicatos Regionais de Corretores de Seguros; e, finalmente, as ilustres autoridades que nos honram com as suas presenças.

Senhores Convencionais:

As gerações antecedentes enfrentaram, todas, os seus problemas e os seus instantes mais críticos; ao sobrevivê-los, deixaram-nos lições que nos animam a encarar com determinação as conhecidas e aparentemente insuperáveis dificuldades do universo sócio-econômico a que pertencemos.

Hoje, cabe a nós encontrar os caminhos da existência honrada e legar aos que nos sucederão os ensinamentos e os exemplos que um dia poderão servir-lhes de oportuna inspiração.

A II.ª Conferência Brasileira de Seguros Privados e Capitalização, prestigiada por tantas personalidades ilustres, inicia-se sob os melhores auspícios e faz antever que, dos seus debates, certamente surgirão novas idéias e soluções para que, daqui, saia mais fortalecida a instituição do seguro, um dos alicerces em que se apoia a economia da nossa Pátria.



# 11ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO

BELO HORIZONTE - MG 6 A 10 DE OUTUBRO DE 1980

DIA 6 -- SEGUNDA FEIRA

19,00 Horas -- Sessão Solene de Instalação da Conferência

Local: Palácio das Artes

Av. Afonso Pena, 1537

Discurso do Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil,  
Dr. Ernesto Albrecht.

Não faz muito tempo, a economia mundial conheceu níveis de prosperidade até então inéditos. Era uma época de euforia e de plena confiança no futuro.

A industrialização, que sucedera à agricultura como setor mais dinâmico do processo de desenvolvimento, passava o bastão ao setor terciário, para onde se deslocava, nas economias mais avançadas, o contingente maior da força de trabalho. Chegou-se mesmo a falar de um desdobramento na estrutura econômica. A "indústria do conhecimento", que produz e distribui idéias e informações, constituiria o setor quaternário. Segundo Peter Drucker, nos anos 60 esse novo setor já respondia, nos Estados Unidos, por 1/3 do PNB.

Era o advento da sociedade pós-industrial ou do superindustrialismo. Nada seria menos industrial do que as sociedades nascidas da Revolução Industrial.

Todas essas transformações constituíam frutos maduros de um fantástico progresso científico e tecnológico. Progresso que gerou a crença em extraordinário poder: o da criação, num abrir e fechar de olhos, das fontes e matérias primas que fossem necessárias às economias desenvolvidas. Então Secretário-Geral da ONU, U Thant capturou e exprimiu esse pensamento. "Não são mais as fontes e as reservas -- disse ele -- que limitam as decisões. São as decisões que fazem nascer as fontes e as reservas".

Nos anos 70, a economia mundial foi sacudida pelo choque do petróleo, alterando-se a partir daí, substancialmente, o eufórico panorama da década anterior. Hoje, mesmo nos países desenvolvidos, nenhum tema suplanta o da recessão, na abordagem econômica.

No Brasil, cuja economia é também inevitavelmente atingida pelas mudanças ocorridas na economia mundial, a recessão, no entanto, é tema de que não se pode cogitar. Recessão é decréscimo do produto e, portanto, do nível de renda da economia. Com sua taxa de crescimento demográfico, e as conseqüências daí resultantes para o mercado de trabalho, o Brasil não tem condições de praticar a recessão. Deve, ao contrário, manter satisfatório nível de desenvolvimento, problema com o qual hoje se acumulam os do combate à inflação, do balanço de pagamento e da distribuição de renda.

É nessas questões básicas que se concentra a nossa política econômica. A esta altura, pelos elementos de avaliação que são disponíveis, pode-se dizer que as Contas Nacionais não assinam queda do produto, isto é, recessão, e que as estatísticas de Índices de preços já registram tendência decrescente da inflação.

Esses são fatos econômicos de suma importância para orientação dos trabalhos desta Conferência, que agora se instala. Uma Conferência que estará voltada para a identificação e ocupação de espaços vazios na área do seguro privado — tema de inspiração realista, mas que em si mesmo denota perspectivas otimistas. Pois se ainda há, na economia e no processo social, espaços para a expansão do seguro, o setor evidentemente dispõe de reservas para a preservação do seu processo de crescimento.

Segundo o aforismo, o ressegurador segue a sorte do segurador. O IRB, também presente a esta Conferência, formula votos de que aqui se realize um bom trabalho, útil e fértil para a formulação de estratégias que levem o Sistema Nacional de Seguros Privados a contribuir, cada vez mais, para o desenvolvimento nacional.



# 11ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO

BELO HORIZONTE / MG 6 A 10 DE OUTUBRO DE 1980

DIA 6 – SEGUNDA FEIRA

19,00 Horas – Sessão Solene de Instalação da Conferência

Local: Palácio das Artes

Av. Afonso Pena, 1537

Discurso do Presidente do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado de São Paulo, Sr. Walmiro Ney Cova Martins.

Excelentíssimo Sr. Dr. Francelino Pereira, D.D. Governador do Estado de Minas Gerais e Presidente de Honra da 11ª Conferência Brasileira de Seguros Privados e Capitalização

Excelentíssimo Sr. Dr. Alberto Oswaldo Continentino de Araujo, D.D. Presidente da 11ª Conferência Brasileira de Seguros Privados e Capitalização

Excelentíssimo Sr. Dr. Ernesto Albrecht, D.D. Presidente - do Instituto de Resseguros do Brasil

Excelentíssimo Sr. Dr. Francisco de Assis Figueira, D.D. Superintendente da SUSEP

Excelentíssimo Sr. Dr. Clinio Silva, D.D. Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização

Demais Autoridades que compõem a Mesa

Minhas Senhoras

Meus Senhores

Os seguradores brasileiros estão reabrindo hoje, na presença do Exmo. Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, mais uma Conferência Brasileira de Seguros, a nossa reunião maior, quando os profissionais de norte a sul deste imenso Brasil, cumprirão mais uma etapa marcante da evolução do seguro entre nós.

As Conferências Brasileiras têm-se constituído em momentos importantes para o seguro brasileiro. É quando os seguradores se reúnem em laboratório, para exame do que está se passando na atividade e para estudar as tendências que se possam antever para o futuro.

..//.

A par dessas reflexões, os seguradores fazem uma pausa em suas obrigações diárias, para que possam irmanados, todos aqueles que desempenham o mesmo trabalho, desenvolver a amizade e o respeito mútuo que devem presidir nossas relações.

Três anos atrás, teve São Paulo a honra de sediar a 10a. Conferência Brasileira de Seguros Privados e Capitalização.

Na oportunidade, puderam os brasileiros de todos os rincões que habitam São Paulo, receber os Convencionais de todo o Brasil, que se debruçaram com todo o empenho no estudo das proposições então apresentadas, todas enfeixadas sob o tema central do certame, que foi o exame do seguro brasileiro na década que então se iniciava.

Alem da análise que fizeram da experiência que vinha acumulando, os Convencionais buscaram traçar normas de procedimento e apontar as perspectivas viáveis para o decênio seguinte.

Com grande júbilo, podem os Paulistas afirmar que o elevado número de Convencionais, do mais alto nível, que em São Paulo se reuniu, e a excelente qualidade das teses e dos trabalhos apresentados, garantiram o sucesso absoluto à 10a. Conferência Brasileira de Seguros, alcançados plenamente os seus objetivos.

Hoje, é a terra mineira que hospeda o segurador brasileiro para uma nova convenção maior e estamos constatando que foi muito acertada a escolha de Minas Gerais como sede desta nova Conferência.

O segurador das Alterosas, seguindo a tradição que tem este grande Estado, empenhou-se para promover uma Conferência das mais memoráveis, a fim de possibilitar aos Convencionais que para aqui vieram, a oportunidade de admirarem juntos esta terra maravilhosa e de examinarem os problemas que afligem nossa atividade.

E aqui estamos, Dignas Autoridades, Minhas Senhoras e Meus Senhores, para um enfoque novo e arrojado: os Espaços Vazios no Seguro Brasileiro. Queremos encontrar deficiências que ainda possam existir, para atender aos efetivos reclamos de economia nacional, da qual o seguro é esteio e garantia.

Aqui estamos, preocupados com o encontro de novos produtos que venham a preencher os claros que ainda existam, para que o seguro brasileiro se torne, e possa assim ser considerado, o suporte da grandeza da nossa Nação.

Em nome dos Convencionais que aqui estão reunidos, incumbem-nos cumprimentar este dinâmico Presidente do Sindicato das Empresas de Seguro de Minas Gerais, o Dr. Alberto Oswaldo Continentino de Araujo, por ter preparado com estremo carinho esta Conferência, que, estamos certos, se revestirá de intenso brilho.

Alberto Oswaldo e os demais organizadores desta Convenção, dedicaram todos os seus esforços, do que somos testemunha, para nos proporcionar tudo o que fôr necessário para desenvolvermos um trabalho intenso e profícuo, em benefício do seguro brasileiro. E também, para que tenhamos momentos agradáveis de convivência fraterna, que registraremos para sempre em nossa vida profissional.

Impõe-se, pois, por Justiça, trazer-lhes as sinceras felicitações de todos aqueles que hoje se reúnem nesta terra hospitaleira.

Aqui estamos, portanto, Senhor Presidente da Ila. Conferência Brasileira de Seguros, para receber as diretrizes que venham a ser traçadas para nossas atividades, na conclusão dos estudos e das decisões a que chegarmos.

Convoca-nos o segurador mineiro para um exame profundo do seguro brasileiro.

E nós, seguradores deste Brasil imenso, aqui estamos para, agradecidos, dizermos: PRESENTE.

Muito Obrigado.

E aqui estamos, Dignas Autoridades, Minhas Senhoras e Meus Senhores, para um enfoque novo e arrojado: os Espaços Vazios no Seguro Brasileiro. Queremos encontrar deficiências que ainda possam existir, para atender aos efetivos reclamos de economia nacional, da qual o seguro é esteio e garantia.

Aqui estamos, preocupados com o encontro de novos produtos que venham a preencher os claros que ainda existam, para que o seguro brasileiro se torne, e possa assim ser considerado, o suporte da grandeza da nossa Nação.

Em nome dos Convencionais que aqui estão reunidos, incumbem-nos cumprimentar este dinâmico Presidente do Sindicato das Empresas de Seguro de Minas Gerais, o Dr. Alberto Oswaldo Continentino de Araujo, por ter preparado com estremo carinho esta Conferência, que, estamos certos, se revestirá de intenso brilho.

Alberto Oswaldo e os demais organizadores desta Convenção, dedicaram todos os seus esforços, do que somos testemunha, para nos proporcionar tudo o que fôr necessário para desenvolvermos um trabalho intenso e profícuo, em benefício do seguro brasileiro. E também, para que tenhamos momentos agradáveis de convivência fraterna, que registraremos para sempre em nossa vida profissional.

Impõe-se, pois, por Justiça, trazer-lhes as sinceras felicitações de todos aqueles que hoje se reúnem nesta terra hospitaleira.

Aqui estamos, portanto, Senhor Presidente da Ila. Conferência Brasileira de Seguros, para receber as diretrizes que venham a ser traçadas para nossas atividades, na conclusão dos estudos e das decisões a que chegarmos.

Convoca-nos o segurador mineiro para um exame profundo do seguro brasileiro.

E nós, seguradores deste Brasil imenso, aqui estamos para, agradecidos, dizermos: PRESENTE.

Muito Obrigado.





# 11ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO

BELO HORIZONTE / MG 6 A 10 DE OUTUBRO DE 1980

DIA 7 - TERÇA FEIRA

14,30 Horas - Painel de Resseguro Internacional, a cargo da Sociedade Brasileira de Estudos de Resseguros Internacionais, sob a direção dos Srs.:

Carlos de Barros Moura

Eduardo Burlamaqui de Mello

Newton Augusto de Souza

Nilton Alberto Ribeiro

Local: Associação Médica de Minas Gerais

Av. João Pinheiro, 161

## RESSEGURO INTERNACIONAL

### PROMESSA E DESAFIO

Para o mercado segurador brasileiro, o exercício de 1980 representará um período de resultados bastante mais modestos que os oferecidos por anos anteriores.

Embora seja de prever uma taxa de expansão ainda positiva, possivelmente o desempenho dos anos 70 não se repetirá, cessados os efeitos do "milagre" brasileiro, que, em termos de investimentos, prolongaram-se até o final da última década.

As circunstâncias que determinaram a verticalização excessiva das carteiras de seguro no Brasil são por demais conhecidas dispensando comentários, que tocariam, certamente, os limites do fastidioso. Cabe, entretanto, um exame, ainda que ligeiro, de suas consequências, eis que constituirão a problemática central do mercado nos próximos anos.

Dizer-se que uma carteira é verticalizada significa que a mesma apresenta duas características:

- 1 - Número considerável de unidades de risco (riscos isolados) com potencial de dano excessivamente alto em relação ao valor médio das responsabilidades da carteira e ao volume total de prêmios por ela gerados.
- 2 - Número de unidades de risco menor do que o necessário para manter a variância (desvio padrão) dos resultados dentro de limites toleráveis.

2

Sem enveredar pelo terreno dos raciocínios ma  
temáticos, temos como decorrências imediatas da verticalidad  
e da carteira, os seguintes fatos:

- 1 - A estabilidade da receita de prêmios diretos torna-se pendente de um certo número de grandes seguros, podendo ser rapidamente afetada por fatores conjuntur  
ais e pela política de financiamento de riscos a nív  
el de empresa.
- 2 - A presença de picos de responsabilidade e os problem  
as estatísticos ligados à composição das carteiras agravam os custos do resseguro externo, pela necessid  
ade de limites mais elevados e menores prioridades nos contratos de excesso de danos. Tais circunstânc  
ias podem, até mesmo, tornar necessária maior cess  
ão de resseguro proporcional ao exterior.

Claro está, por outro lado, que as possibilid  
ades de expansão dos negócios em um mercado de grandes risc  
os, como o brasileiro, acha-se intimamente vinculado ao comportamento da taxa de investimentos. Desse ponto de vist  
a, as perspectivas no futuro próximo não parecem favoráv  
eis, embora o mercado possa contar, durante certo tempo, com um incremento da demanda de seguros causada pelos projet  
os em fase de implantação ou cujos esquemas de financiamen  
to foram definidos anteriormente.

Como fator positivo, em contrapartida, temos que a redução dos investimentos públicos e privados no set  
or secundário corresponde, em parte, a um remanejamento de recursos, em favor do setor primário. Os efeitos de tal rem  
anejamento, no que respeita à demanda de seguro ainda não podem ser determinados, embora seja de prever o desenvolviv

mento de certos ramos, como o de seguro rural e alguma re-  
percussão na área de seguro de pessoas.

De qualquer forma, o redirecionamento da economia, objeti-  
vo presente da política governamental, pouco ou nada irá be-  
neficiar, a curto prazo, em termos de volume de prêmio e dis-  
persão de riscos, as carteiras mais críticas como as de in-  
cêndio, aeronáuticos e cascos.

É mais que natural, portanto, a preocupação,  
reiteradamente manifestada pelos órgãos de classe e empres-  
sários da indústria de seguros, com a busca de caminhos que  
permitam manter, dentro do possível, o desempenho apresenta-  
do pelo mercado na última década.

Os problemas relacionados com o incremento ou  
pelo menos, a manutenção da taxa de crescimento atual - tem  
sido abordados em várias ocasiões e locais, não sendo nosso  
objetivo o exame de todas as soluções propostas.

Ocupar-nos-emos, especificamente, de uma área  
cujas atividades se vem desenvolvendo de maneira significa-  
tiva, embora ainda não tenha o lugar que lhe é devido nas  
atenções do mercado: o resseguro internacional privado.

As operações de resseguro ativo com o exte-  
rior foram inicialmente centralizadas no Instituto de Resse-  
guros do Brasil, que atuava e ainda atua como administrador  
de dois Consórcios, integrados, por companhias do mercado  
brasileiro.

A partir de 1972 passaram a ser autorizadas  
as companhias que o desejassem e preenchessem certos requi-  
sitos técnicos e de capital, a aceitar, diretamente, negó-  
cios do exterior.

Tais companhias, a princípio em número reduzido, são, hoje, 41, isto é, quase a metade das empresas autorizadas a operar em seguro direto.

O desenvolvimento do setor pode ser apreciado com o auxílio do quadro 1:

ACEITAÇÃO DAS SEGURADORAS AUTORIZADAS À OPERAR COM O EXTERIOR  
EXERCÍCIOS: 1975/1979

EXERCÍCIO	PRÊMIOS (1) ESTIMADOS	PRÊMIOS (2) CONTABILIZADOS	"CASH FLOW" (*) (3)	3/2
1975	3,855,320	816,420	67,256	8,2%
1976	38,600,022	7,726,545	1,680,456	21,7%
1977	49,559,814	28,491,756	3,559,555	12,4%
1978	90,532,543	37,201,669	7,699,425	20,6%
1979	100,282,758	62,045,387	8,129,243	13,1%
TOTAL	282,830,457	136,281,777	21,135,935	15,5%

fonte: IRB

Em idêntico período, as operações do IRB (Sede) apresentaram o seguinte comportamento:

INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL  
ACEITAÇÕES DO EXTERIOR - SEDE  
EXERCÍCIOS: 1975/1979

Moeda: US\$

EXERCÍCIO	PRÊMIOS (1) ESTIMADOS	PRÊMIOS (2) CONTABILIZADOS	"CASH FLOW" (3)	3/2
1975	39,228,551	21,991,396	4,711,115	21,4%
1976	26,522,106	28,258,604	4,478,132	15,8%
1977	38,849,529	43,646,795	3,387,321	7,7%
1978	42,276,366	45,907,409	8,123,881	17,6%
1979	40,552,183	40,148,060	9,970,542	24,8%
TOTAL	187,428,735	179,952,264	30,670,991	17,0%

fonte: IRB

(\*) saldo financeiro do exercício.

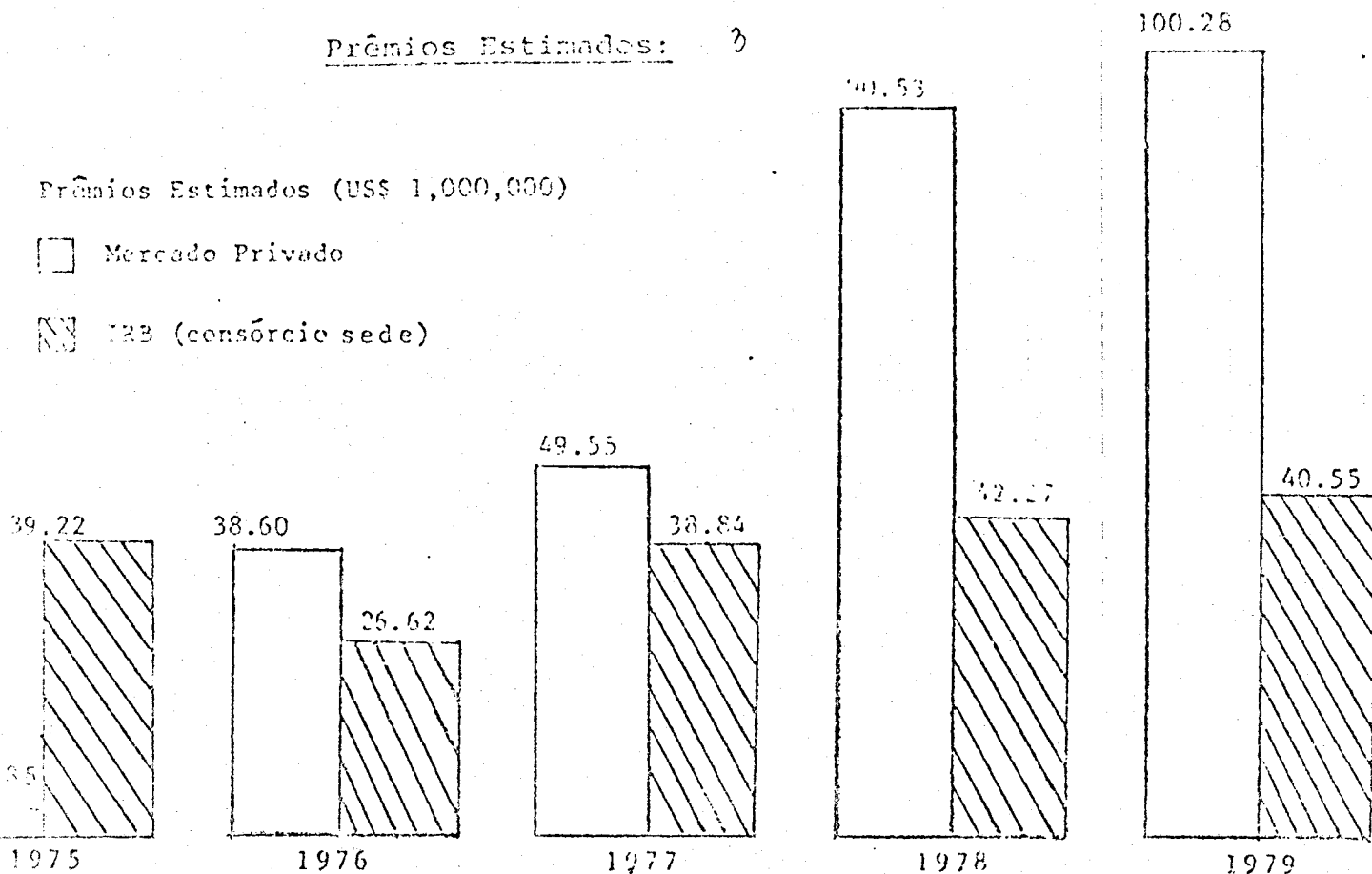
Comparando os histogramas, temos:

Prêmios Estimados: 3

Prêmios Estimados (US\$ 1,000,000)

□ Mercado Privado

▨ IRB (consórcio sede)

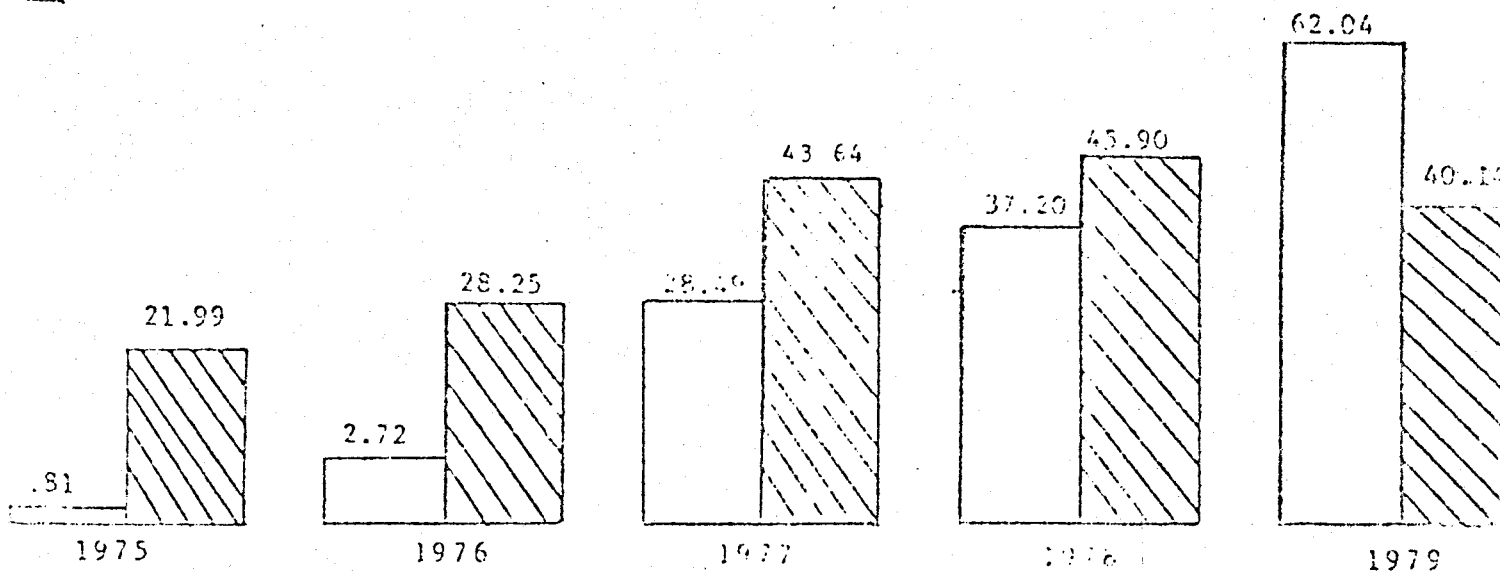


Prêmios Contabilizados: 4

Prêmios Contabilizados (US\$ 1,000,000)

□ Mercado Privado

▨ IRB (consórcio sede)

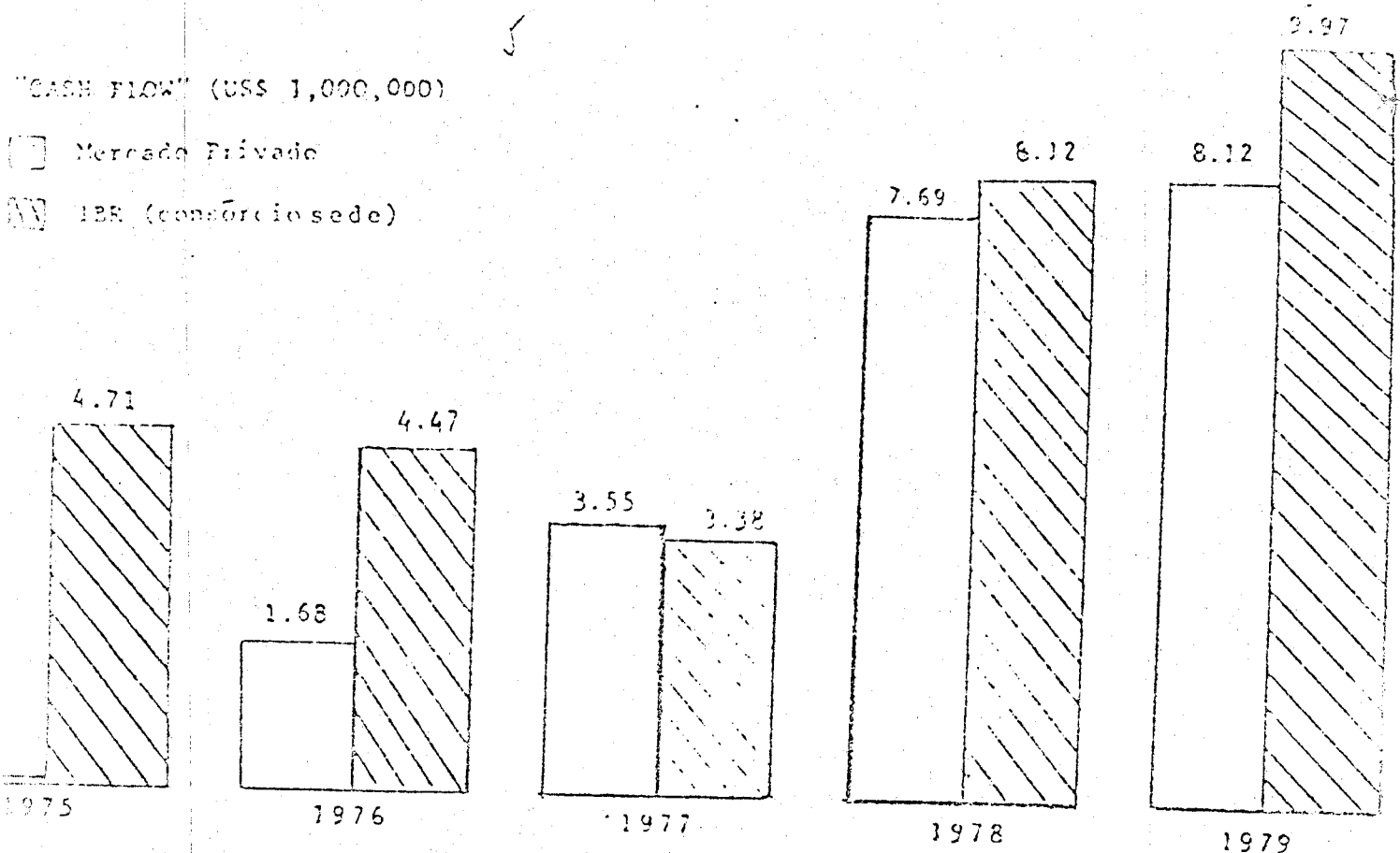


"CASH FLOW"

"CASH FLOW" (US\$ 1,000,000)

□ Mercado Privado

▨ IBR (consórcio sede)



O fato de dispormos agora de dados consolidados relativos a um quinquênio já permite que se tirem algumas conclusões a respeito da evolução do resseguro privado.

Tais conclusões, têm é verdade, valor ainda relativo, pois o resseguro é um negócio plurianual, residindo, aliás, neste ponto, uma das maiores dificuldades para que a ele se adaptem os seguradores diretos, habituados a uma apuração mais imediata dos resultados.

Verifica-se, em primeiro lugar que as subscrições (prêmios estimados) do consórcio sede administrado pelo IRB estabilizaram-se nos últimos exercícios, em torno dos quarenta milhões de dólares.

Os prêmios estimados da área privada mostram um desenvolvimento muito acentuado no período, tendo atingido, a julgar pelos números de 1978 e 1979, cerca de 100 milhões de

dólares anuais.

Esse ponto de nivelamento (a ser confirmado pelas apurações de 1980) não representa, de qualquer forma, um esgotamento de nossas potencialidades em termos de capacidade, pois muitas companhias autorizadas ainda não operam efetivamente em resseguro ativo, sendo que quase metade dos prêmios estimados do mercado correspondem às operações de um único "pool".

Com toda a certeza, com a simples entrada em atividade de todas as empresas, poderíamos chegar aos 150 milhões de dólares anuais.

X Vale notar, ainda, que a expansão dos negócios do resseguro privado vem sendo obtida sem que as companhias possam oferecer, às cedentes e aos "Brokers" estrangeiros reciprocidade direta, embora o IRB, leve em relativa consideração as cessões estrangeiras ao nosso mercado privado, quando da distribuição de seus negócios.

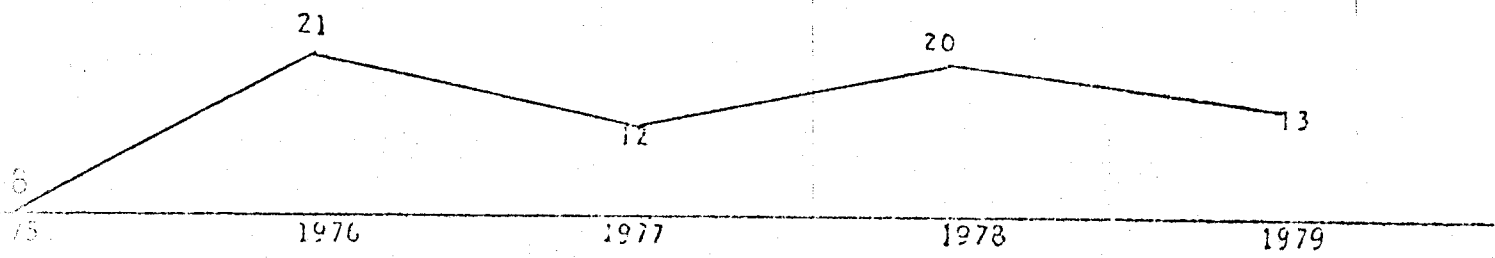
Quanto aos prêmios contabilizados (efetivamente declarados sob os contratos subscritos) apresentam os mesmos um total, no período de 1975/1979, de US\$ 136,281,777, para US\$ 282,830,457 de prêmios estimados, ou sejam, 48%, isso devido à natural defasagem entre as aceitações e o recebimento dos demonstrativos correspondentes.

Observe-se que os maiores percentuais de prêmio contabilizado em relação ao prêmio estimado ocorreram nos exercícios em que houve menor incremento deste último em relação ao ano anterior (1977 e 1979). Infere-se, desta forma, que, para um mercado operando a plena capacidade (prêmio estimado nivelado) o percentual tenderá para 100%.

O "Cash Flow" apresenta a seguinte evolução em relação aos prêmios contabilizados:

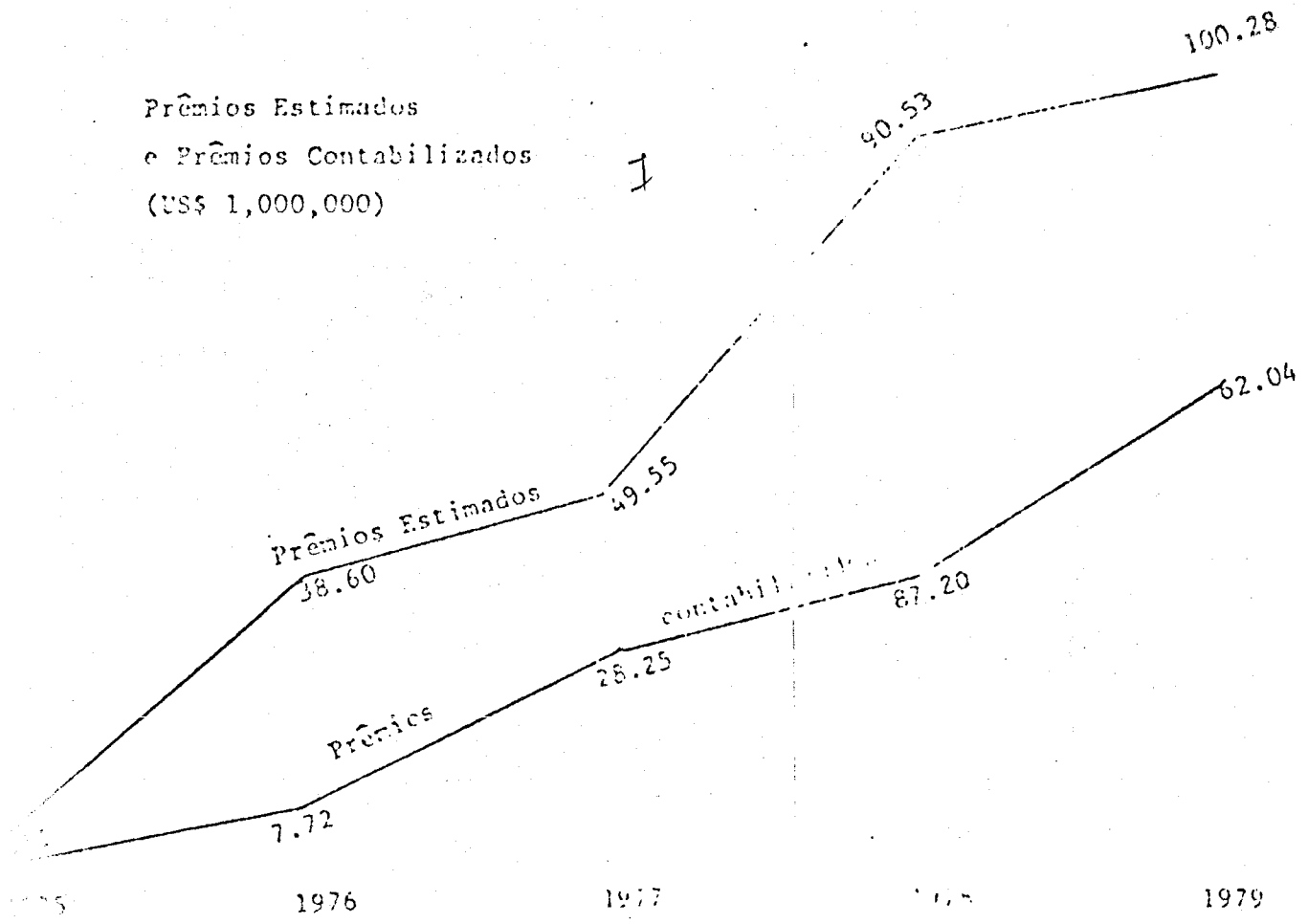
"CASH FLOW"/PRÊMIOS CONTABILIZADOS

6



A evolução anual do mercado privado pode ser apreciada pelo gráfico abaixo:

Prêmios Estimados e Prêmios Contabilizados (US\$ 1,000,000)

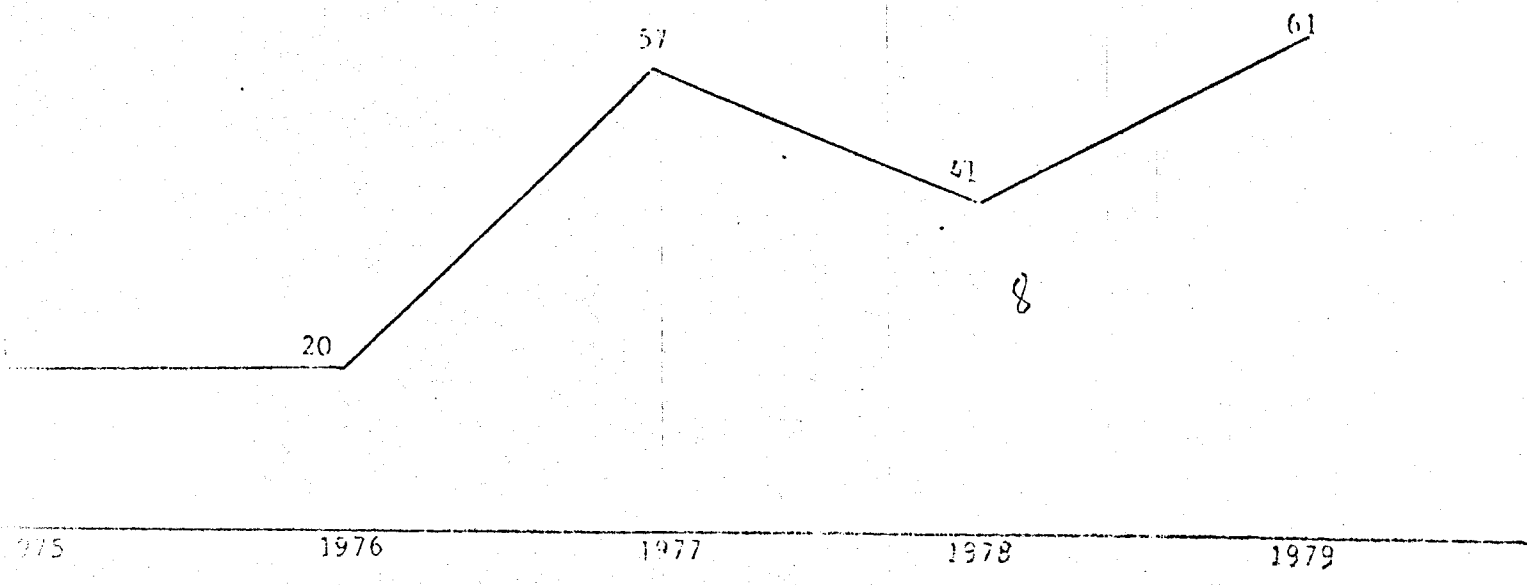




Percentualmente, após ajuste de prêmio extra:

Prêmios contabilizados/Prêmio estimado (do Mercado privado)

9



No período 1975/1979, a relação de Cash Flow/prêmio contabilizado é de 15,5% o que, em termos de competência, não deverá corresponder à realidade, pois trata-se de uma carteira em início que, inevitavelmente, abrange sinistros de liquidação demorada ("long tail"). A experiência internacional corrente indica que o percentual mais provável para uma carteira bem administrada, estaria por volta dos 2%

Até aqui, os números.

Há que considerar, entretanto, outros aspectos da questão, tanto no plano nacional, quanto no internacional.

A presença do IRB e como decorrência natural das funções a ele atribuídas, ocasionou, pelo menos até um passado recente, uma ausência bastante acentuada de especialistas em resseguro, na área privada.

Felizmente, somente a partir de 1974, começaram os elementos do setor privado a estudar o resseguro em seus aspectos mais gerais como forma de comércio internacional.

Marco importante desse processo de retomada de consciência foi o I Curso de Subscrição de Resseguro do Exterior, realizado em agosto de 1976, pela FUNENSEG, com apoio do IRB.

Este curso representou o primeiro passo para a formação de uma classe de operadores de resseguro no Brasil, tendo dado origem, inclusive, à Sociedade Brasileira de Estudos de Resseguro Internacional.

Os efeitos da presença no mercado de maior número de pessoas voltadas para a evolução da indús -

tria do seguro em outros países já se fazem sentir, podendo ser observados, inclusive, pela melhoria do nível da problemática e pelos enfoques mais amplos das questões técnicas, nos encontros de seguradores diretos.

É, portanto, o desenvolvimento do resseguro privado importante elemento para a superação da defasagem tecnológica entre o mercado brasileiro e outros mais evoluídos.

Não menos importante é o efeito de tal desenvolvimento em termos do posicionamento do Brasil a nível internacional, particularmente no que se refere ao chamado "Terceiro Mundo".

Vivemos, neste final de século, um momento histórico em que a dicotomia leste-ocidente - se não resolvida, pelo menos estabilizada pelo equilíbrio do poder e pelo jogo de interesses - soma-se o dilema norte-sul, isto é, pobres e ricos, que, segundo todos os especialistas, deverá ser resolvido a curto prazo, sem o que ocorrerão conflitos de consequências imprevisíveis.

Prevalecendo o instinto de preservação da espécie, ingressaremos, a curto prazo, em novo estágio das relações econômicas universais sendo devolvidos às nações mais pobres, do hemisfério sul, os meios para que atinjam um estágio de desenvolvimento compatível com a civilização contemporânea, meios esses de que foram espoliadas pelos vários colonialismos, justamente durante a fase de formação da sociedade capitalista e industrial.

Desenvolvimento significa, entre outras coisas, concentração de riscos, gerando potenciais de dano que não podem ser absorvidos apenas por mercados regionais, tor

nando obrigatório o recurso ao resseguro externo.

No que respeita ao Brasil, a questão comporta duas abordagens.

Em primeiro lugar, há que considerar as necessidades de proteção de nossa própria carteira, face às circunstâncias apontadas no início do presente trabalho.

Nos últimos anos prevaleceram as considerações ligadas ao balanço cambial sobre os aspectos puramente técnicos, sendo adotadas em nossos contratos com o exterior retenções por muitos consideradas excessivas.

Essa conclamação ao mercado segurador brasileiro para participar na atenuação do problema cambial, tem sido, até agora, bastante satisfatória. A sinistralidade comportou-se de maneira favorável, e, embora o mercado deva absorver alguns prejuízos elevados, especialmente na carteira de Casco, as conseqüências da economia nos prêmios de resseguro conservaram-se em níveis suportáveis.

Evidentemente a administração atual do IRB se preocupa em estabelecer uma política global mais compatível com os interesses das companhias privadas que, na qualidade de retrocessionárias, respondem pela maior proporção dos prejuízos abrangidos pelas prioridades dos contratos.

De qualquer forma, haverá sempre argumentos contra e a favor das políticas de retenção de responsabilidades adotadas pelo Governo. Sendo, entretanto, o resseguro uma modalidade de comércio internacional, a situação é simples: Se precisamos importar resseguro, devemos exportar resseguro. O importante é dar o melhor desempenho dentro das nossas reais possibilidades.

Ao examinarmos os números relativos ao período 1978/1979, verificamos que existe uma tendência à estabilização do prêmio estimado do mercado privado em torno dos US\$ 100 milhões.

Essa tendência corresponde, entretanto, a um momento específico do desenvolvimento do mercado e poderá ser modificada, no sentido de uma ampliação, em virtude de três fatores:

- 1 - Entrada em operação efetiva na área do resseguro ativo de companhias autorizadas que não vem atuando e ingresso no setor de outras que, embora possuam suficientes condições econômicas, não solicitaram autorização. Em resumo, aumento da CAPACIDADE total do mercado.
- 2 - Evolução cíclica do mercado internacional de resseguro, que vem apresentando, há algum tempo, excesso de capacidade, o que leva à redução das taxas e à deterioração dos resultados (que já pode ser observado nos números de 1976).

Essa deterioração produz dois efeitos que podem ser extremamente favoráveis ao mercado brasileiro:

- 1) Redução da oferta de capacidade nos mercados tradicionais, beneficiando os emergentes.
- 2) Aumento progressivo das taxas, em função mesmo de tal redução, entrando os resultados em período favorável.

Claro está que a melhoria dos resultados conduzirã, dentro de certo tempo, ao incremento da oferta, repetindo-se o ciclo indefinidamente.

O processo, entretanto, estende-se por vários anos, o que permitirá ao mercado brasileiro, caso este amplie, imediatamente, sua presença a nível internacional, colher os frutos da recuperação das carteiras e, ao mesmo tempo, consolidar posição

ante as cedentes externas.

Em resumo, somente o efetivo e pleno desenvolvimento do mercado de resseguro privado nos dará condições de capacidade e posicionamento que permitam ao país exportar resseguro em quantidade suficiente para contrabalançar as cessões que, por razões de ordem técnica e em consequência de nosso desenvolvimento, deveremos fazer ao exterior.

A segunda abordagem comporta, além de considerações puramente econômicas, um aspecto político.

O Brasil é, um dos países de maior importância no conjunto econômico do Terceiro Mundo.

No plano da América Latina, especialmente, somos não só a maior potência industrial, como o principal mercado de seguros.

Não parece excessivo nem irrealista, portanto, que pretendamos ampliar nossa presença como resseguradores internacionais junto às nações que partilham, no momento, nossas aspirações e dificuldades.

Se, por um lado, iremos competir com mercados muito mais poderosos e tecnicamente desenvolvidos, seremos, por outro, beneficiados politicamente pela circunstância histórica de havermos sido também um país colonizado, sem falar nos laços culturais que nos identificam com as nações africanas e com povos de formação predominantemente latina.

Seríamos, para as economias em desenvolvimento, um ponto natural de aglutinação no que toca ao intercâmbio de resseguro, a exemplo do que vem ocorrendo em outras áreas de exportação de serviços.

Considerados os pontos acima, parece não ha

ver dúvida quanto à conveniência e, mesmo à necessidade de ampliar, no mais curto prazo possível, as operações do resseguro privado no Brasil.

Quanto aos caminhos para atingir tal ampliação, ocorrem, sem prejuízo de outras idéias que venham a surgir, as seguintes providências:

#### 1 - FORMAÇÃO DE QUADROS

É necessário que se realize novos e mais sofisticados cursos de subscrição de resseguro, com a finalidade de formar novos operadores e desenvolver a capacidade profissional dos já existentes.

Esses cursos seriam promovidos pela FUNENSEG, em combinação com a Sociedade Brasileira de Estudos de Resseguro Internacional, com o apoio da FENASEG e do IRB.

#### 2 - FORMA OPERACIONAL

A atividade de resseguro privado vem se desenvolvendo a nível departamental, dentro das empresas dedicadas a seguro direto.

Trata-se, entretanto, de dois tipos de operações completamente diferentes, quer do ponto de vista técnico quer no aspecto de comercialização.

Devemos reconhecer que esse sistema de operação "enxertada" gera dificuldades no plano externo, pois às cedentes e aos "brokers", aparecemos como organismos litigiosos.

Tradicionalmente o mercado internacional de resseguro opera através de empresas especializadas.

É de se notar, que alguns países conservadores em matéria de resseguro, já contam com empresas privadas dedicadas exclusivamente a tais operações.

### RECIPROCIDADE

Um dos principais fatores limitativos da expansão do resseguro privado no Brasil é, certamente, o facto de as cessões ao exterior serem, obrigatoriamente, efetivadas por intermédio do IRB.

A habilidade e competência dos que conduzem tais operações nas empresas seguradoras, e o natural interesse das cedentes, com vistas a uma eventual participação nos contratos do IRB, justificam o crescimento dos prêmios estimados.

Assim o IRB tem prestigiado, dentro de suas possibilidades, as resseguradoras e os "brokers" que encaminam negócios à área privada.

Tal forma de reciprocidade, no entanto, não é inteiramente satisfatória, porquanto não pode se constituir em elemento básico de negociação entre ressegurador e cedentes em potencial. O primeiro conta apenas com a disposição favorável por parte do órgão oficial, não podendo assumir compromissos formais e definitivos em troca dos negócios.

Não postulamos o abandono puro e simples do sistema atual - em nome de provável desenvolvimento mais rápido do resseguro ativo no setor privado.

Existem, porém, possibilidades de melhorar a posição das seguradoras em relação ao mercado externo.



Com frequência ocorrem situações em que os contratos automáticos vigentes e/ou a capacidade do mercado não absorvem as responsabilidades dos riscos assumidas pelas seguradoras diretas.

As cessões avulsas de resseguro, exigem nego -  
ciações específicas, que muitas vezes implicam em demora para  
a concessão da necessária cobertura desejada.

Evidentemente, <sup>pelos</sup> ~~tal~~ sistema de negociações dire -  
tas <sup>segura</sup> ~~ta~~ <sup>doras</sup> apresentaria, em relação ao atual, vantagens:

a) um aproveitamento, como reciprocidade, dos  
prêmios cedidos;

b) alteração do status de negociação das segu-  
radoras no mercado exterior, quando na busca de negócios;

c) evolução técnica e profissional dos quadros  
pelo contato com as práticas de colocação de resseguro (dis -  
cussão de taxas e condições)

d) maior integração das seguradoras no esforço  
para o desenvolvimento do mercado de resseguros no país, es -  
forço que hoje está mais concentrado no IRB;

e) melhoria dos serviços prestados aos segura -  
dos como resultado da maior sofisticação técnica que se exigi  
rá na elaboração das propostas;

f) a abertura para o progresso de um mercado '  
para corretores brasileiros de resseguro;

Certamente os senhores têm outros pontos que '  
crêem de interesse. Lançamos esses à discussão e esperamos -  
que esse nosso trabalho inicial sirva como base para um amplo  
e aberto debate, cujos resultados certamente serão benéficos '  
para todos aqueles envolvidos pela atividade seguradora no  
país.

Muito obrigado.



# 11ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO

BELO HORIZONTE / MG 6 A 10 DE OUTUBRO DE 1980

DIA 7 - TERÇA FEIRA

17,00 Horas - Palestra do Sr. Dr. Ignacio Hernando de Larramendi, Vice-Presidente do Grupo MAFRE, da Espanha, sob o tema "O Seguro na Década de 80 - Aspectos Sociais".

Local: Associação Médica de Minas Gerais  
Av. João Pinheiro, 161

## EL SEGURO EN LOS OCHENTA. UNA FUERZA SOCIAL

BELO HORIZONTE  
OCTUBRE - 1980

IGNACIO HERNANDO DE LARRAMENDI  
Consejero Delegado de MAPFRE.-

Constituye para mí un gran honor presentarme ante esta Conferencia del Seguro Brasileño para expresar algunas consideraciones - sobre el seguro, institución a la que he dedicado de modo exclusivo mi vida profesional.

Desde hace muchos años, MAPFRE y yo personalmente, hemos percibido que el conjunto de Latinoamérica representa una gran fuerza - política a la que nos unen, sentimental y culturalmente y por es- trategia política, lazos que queremos estrechar en todo lo posi- ble.

Dentro de América Latina, Brasil constituye un gran país, que -- ocupa parte muy amplia de su territorio y ofrece un especial dina- mismo y voluntad de crecimiento y progreso.

Por ese y otros motivos conozco Brasil desde hace muchos años y he tratado de analizar sus instituciones y relacionarme en todo lo posible con sus gentes y por ello esta ocasión es para mí mu- cho más que una oportunidad de expresar mis puntos de vista para ser un hito importante en mi vida personal y de trabajo.

A todos vosotros, aseguradores brasileños, a todos los organis- mos e instituciones corporativas del seguro brasileño que han in- tervenido en la organización de esta Conferencia, en especial -- vuestra Federación y el Sindicato de Minas Gerais, y al I.R.B., con quien he tenido relación e incluso publicado artículos en su Revista desde hace más de treinta años, os agradezco mucho la -- oportunidad que me habéis proporcionado.

También quiero dedicar en este momento un recuerdo al viejo ami- go y gran asegurador que llevó el nombre de Brasil a todas las - áreas y mercados de nuestra profesión, Angelo Mario Cerne, con - cuya amistad me honré y a quien quiero dedicar un especial re -- cuerdo, y otro no menos querido a Raul Telles Rudge, grand amigo, a quien tanto debe el seguro Brasileno no solo por sus conocimien- tos técnicos sino por su profunda humanidad.

## PERSPECTIVA SOCIOLOGICA DE LOS AÑOS 80

Comienza esta década en momentos de profunda crisis, no ya coyuntural, sino posiblemente de estilo de civilización y modo de vida. Los años 80 confirmarán si asistimos al fin de un periodo de mejora constante ó simplemente ha existido una falta de adaptación sociológica a nuevas tecnologías, nivel de industrialización y posibilidades de libertad hasta hace poco inviables.

Son claras las estruendosas equivocaciones de los planificadores a largo plazo, que no han sabido prever crisis tan claras como la de la energía, la de la siderurgia y la del automóvil.

Poderosos grupos de empresas, utilizando los más prestigiosos economistas y los más sofisticados equipos electrónicos para análisis de situaciones, se han encontrado con sorpresas inimaginables y de modo casi repentino.

¿Qué valor puede entonces tener la predicción de quienes solamente ejercitamos la futurología como dialéctica mental, con información escasa y probablemente deformada y sin otro recurso que el puro análisis especulativo?

aún en esas condiciones, son precisas hipótesis de previsión. El hombre de empresa necesita siempre anticipar el futuro, sin ignorar el riesgo de error, para apercibir su área de responsabilidad a la situación más probable aún con cuidado de readaptarla a cualquiera diferente que pueda surgir.

En esas condiciones, me atrevo a predecir lo siguiente:

- a) Se va a acentuar el predominio e importancia numérica de las lenguas portuguesa, castellana, catalana, italiana y rumana, todas ellas "comprensibles recíprocamente", que ya constituyen el núcleo lingüístico más importante del mundo civilizado puesto que el chino, único que podría compararse, tiene limitaciones sustanciales que al menos en varios siglos van a restringir su expansión.

Refiriéndome estrictamente a mi lengua propia, es muy probable que a fin de siglo el número de hispano parlantes supere al de los anglo parlantes, aunque el inglés acreciente su función como nueva "lengua franca" del año dos mil en las relaciones internacionales y en las de pueblos con idiomas absolutamente incomprensibles entre sí.

¿Podemos en estas condiciones imaginar lo que significa el gran mercado de nuestras lenguas latinas con su reflejo en la cultura, la comunicación entre pueblos y, sobre todo, la idiosincrasia personal de sus habitantes?

- b) América Latina mantendrá su línea de crecimiento, dentro de profundas fricciones internas, indispensables o al menos inevitables hasta que logre una sedimentación estructural, sociológica y social que absorba las situaciones producidas a lo largo de este siglo y logre a través de su casi comunidad idiomática y religiosa una fuerza creciente y coherente dentro del concierto mundial.

- c) Brasil continuará su expansión hasta ser una de las potencias mundiales del siglo XXI, con influencia en todo el continente latino americano y vínculo de parentesco con la Península Ibérica.
- d) Portugal y España, aumentarán de modo sustancial su papel dentro del conjunto europeo, al que sin duda pertenecen, al producirse el inevitable desplazamiento sociológico hacia el Sur, en lo que les ayudará su privilegiado emplazamiento, enclave orgánico con América Latina, a través de Canarias, Madera y Azores, y con Africa, a cuyo norte se amalgamarán socialmente en los próximos siglos.

¿Cabe dudar en estas circunstancias que a los países de América Latina y Península Ibérica se nos abre un desafío importante en el que nos cabe una alternativa que depende de nuestro esfuerzo y voluntad colectiva de superación?. En nuestras manos está que ocurra una de estas dos cosas:

- \* Que nuestro crecimiento vegetativo, difícilmente contenible, - se transforme en aumento de problemas y decadencia de nuestras culturas autóctonas, infiltradas por ideologías o actitudes sociológicas extrañas.
- \* Que, reteniendo la propia identidad, utilicemos la nueva fuerza para aumentar la influencia de nuestros criterios, modos de ser y vivir que conservan hasta ahora increíbles similitudes a pesar de la distancia entre muchos de nosotros.

#### PERSPECTIVA ECONOMICA DE LOS AÑOS 80

Aunque a fines de los años sesenta se apuntaban graves problemas, comenzó la pasada década con el convencimiento de que el desarrollo ilimitado y la estructura económica del mundo occidental era más firme que en épocas anteriores y permitiría mantener un plazo prolongado de equilibrio social aún con ciclos de recesión fácilmente absorbibles.

Esta predicción no se cumplió y en el transcurso de la década se produjo la crisis de la energía, en parte símbolo del error de unas planificaciones puramente materiales confiadas en que el hombre, por sus propios medios, puede dominar ilimitadamente su futuro.

La primera crisis energética, en los años 73 y 74, y la última, iniciada en el 79, han barrido estas ilusiones y abren una situación de futuro descarnado, en que el sufrimiento sigue siendo base fundamental de la existencia del hombre y todo progreso tiene aspectos negativos que es necesario aceptar.

Querría destacar algunos hechos característicos de los años setenta, interesantes para esta exposición:

- \* Continuidad creciente de aportaciones tecnológicas de gran trascendencia, que han permitido retrasar la consecuencia de problemas latentes, quizás manteniendo ilusiones por mayor tiempo del justificado.

- \* Pérdida del temor reverencial al mito comunista, al advertirse en los países del Este las repercusiones graves de su propia actuación y desaparecer el aura de invulnerabilidad de los regímenes marxistas. Símbolo de esta situación fueron el fracaso económico de Cuba, el triunfo de los obreros en Polonia y, sobre todo, la crisis de China, fin de la experiencia colectivista en ese gran país, refugio de los ideólogos ante los graves errores, defectos y problemas del sistema ruso.
- \* Resurgimiento de los sentimientos nacionalistas, mucho más -- profundos, y quizás demoleedores, que los estrictos de clase -- social y que podrán impedir en muchos casos la futura coordinación de grandes áreas mundiales.
- \* Pujanza del sentimiento religioso como influencia de movimientos populares arrolladores de cualquier fuerza de gobierno, -- por aplastante que pareciese, que se reflejan en casos tan -- dispares como Irán y el citado de Polonia.
- \* Amenaza de ruptura del equilibrio bilateral USA-URSS como base de la política mundial.
- \* Mayor influencia de áreas anteriormente ignoradas, en especial el Sureste de Asia que, después de la guerra del Vietnam, ha adquirido una vitalidad y perspectivas completamente inesperadas; y la ya citada de América Latina.

Refiriéndonos a cifras concretas, en los anejos que presento como complemento a mi disertación, puede observarse que Brasil ha aumentado su riqueza de una manera constante a pesar de las dificultades que se derivan de su dimensión, crecimiento demográfico e irregularidad de la distribución de su riqueza y población.

España, cuyo primer desarrollo no se ha visto dificultado por estos problemas, ha tenido un crecimiento superior al de los países industrializados, pero quizás y desgraciadamente tiene perspectivas inferiores para el futuro.

Al analizar las cifras que me sirven de referencia, hay que tener en cuenta que se han traducido a una moneda común, el dólar, cuyos cambios están influidos por factores ajenos a la situación real interna del país. Sin embargo, me ha parecido que aún así era el mejor sistema para una visión comparada relativamente homogénea y objetiva. Esto afecta negativamente a Brasil y positivamente a Alemania, con la fuerte apreciación del marco frente al dólar. En ambos casos puede conducir a conclusiones erróneas sobre la realidad interna de cada caso.

Me parece que los últimos veinte años de este siglo han de ser decisivos para Brasil. En ellos su inmenso arsenal de materias primas, aún con poco petróleo por ahora, le ha de preparar para un siglo XXI en que con toda Latinoamérica ha de jugar un papel trascendente en el concierto mundial. Por el contrario, los europeos probablemente nos encontraremos con problemas derivados de hechos que pueden intuírse en los datos que os he presentado, como la desaceleración del crecimiento demográfico, que si favorecen a corto plazo aumentos espectaculares de renta per cápita, a la larga llevan a difíciles problemas ecosociológicos.

Como hipótesis muy osada, diría que en los años 80 los cinco países cuyos datos he utilizado, podrían mantener tasas de crecimiento similares a las de los 70, con una corrección hacia arriba en Brasil y hacia abajo en España y más en Alemania, todo ello partiendo de que la devaluación del dólar, de un seis a un ocho por ciento anual, haga que sólo en apariencia un crecimiento normal análogo, tenga el mismo significado en los setenta que en los ochenta.

Si esta previsión se cumpliera, Brasil debería acabar esta nueva década con un Producto Interior Bruto cercano a un billón de dólares, mientras que España se acercaría a los 900.000 millones de dólares.

Para conseguir lo anterior, debería ser principal objetivo económico combatir la inflación y sortear lo mejor posible el encarecimiento permanente de la energía. Esto exigirá preocupación permanente, gran dosis de imaginación y, sobre todo, la cooperación integral del pueblo muy unido de cada país.

Naturalmente, ello no se logrará sin problemas y fricciones sociales; aunque en España sinceramente preveo, y se está apreciando en este momento, mayor integración de los trabajadores en los objetivos nacionales, y de ello depende nuestro futuro como en los últimos años ha sido esta la causa del éxito de Japón y Alemania y lo sería el que pudiese obtener Brasil en los años futuros.

En todo caso hay algo que todos necesitaremos para superar las dificultades y hacer realidad la anterior predicción: sacrificio, ahorro e inversión.

\* Sacrificio adecuadamente repartido entre todas las clases sociales cuya supervisión y responsabilidad de equidad pesará en quienes dirijan la política que deberán enfrentarse con las -- agitaciones demagógicas de cada clase o sector (no sólo de los trabajadores) afirmando ser el único que soporta el sacrificio en beneficio de los restantes.

\* Ahorro, verdadera base del crecimiento y mejora económica que significa trabajo acumulado no utilizado en consumo y que aumenta el patrimonio particular o público. Los gobiernos pueden regular esto.

De modo directo, los países socialistas son un ejemplo, aunque no único, creando ahorro con sueldos muy bajos no discutibles ni prácticamente mejorables.

De modo indirecto, con incentivos para favorecer el ahorro, en especial el de segundo grado y penalización de lo que re presente gasto no conveniente socialmente.

\* Inversión, utilizando los fondos acumulados por el ahorro para crear bases de partida que hagan rentable la riqueza natural existente, especialmente en países que la poseen en dimensión considerable o para mejor aprovechar la capacidad del trabajo de sus habitantes, base de aumento del nivel de empleo y del nivel económico promedio.

En conjunto puede decirse que la economía de un pueblo y su futuro equilibrado y prudente desarrollo dependen del ahorro inteligentemente invertido. No resulta difícil comprender lo que esto se relaciona con el seguro y la concreta responsabilidad social que por ello nos incumbe a los aseguradores. Aunque no he podido hacerlo ya para este acto, sugiero a mis amigos brasileños que estudien profundamente el caso del Japón y el papel social que allí está jugando el seguro de vida.

#### PERSPECTIVA DEL SEGURO EN LOS 80

Parece probable que en esta década el seguro aumente de modo sustancial su consideración institucional, en especial si logra canalizar la inversión a largo plazo, la de mayor interés social porque exige inevitablemente estabilidad y continuidad.

No debe olvidarse que el seguro tiene dos funciones básicas comparables con las de un embalse, que evita la repercusión de la pluviometría y que necesita para ello acumular elemento líquido y acaba dando a éste aprovechamiento por sí mismo.

- \* La primera y directa, servir de válvula reguladora de las desviaciones producidas por hechos fortuitos, individuales o colectivos, para permitir la continuidad de los patrimonios (individuales, familiares, colectivos o industriales) mediante el pago de una cantidad fija presupuestable.
- \* La segunda e indirecta, indispensable para la anterior, la acumulación sustancial y creciente de fondos y su inversión prudente hasta adquirir un papel social colectivo relevante.

Desde el siglo pasado el seguro ha sido factor económico decisivo en los países anglosajones, fundamentalmente Estados Unidos e Inglaterra y su Commonwealth, y más reciente Japón y Norte de Europa. La razón es que en ellos se ha reconocido la función social del seguro de vida como propulsor de ahorro de segundo grado o forzoso dentro de un sistema de decisión libre individual. Esto, que surgió de modo natural en el siglo XIX, en estos últimos años, especialmente en Alemania y creo en Japón, ha sido consecuencia de una consciente reflexión política con resultados fáciles de apreciar.

En los anejos a mi disertación he reflejado algunas cifras de interés sobre la evolución del seguro en el Brasil y otros países en la década de los 70.

Creo que merecen destacarse dos conclusiones importantes:

- \* El mercado de seguros brasileño, como el de mi propio país, ha obtenido un crecimiento muy importante en primas. Concretamente en Brasil las primas totales se han multiplicado por más de cinco veces.
- \* La concentración de las empresas de seguros en Brasil le permite situarse en una línea en cierto modo parecida a la del Japón, con grupos aseguradores de gran potencia, capaces de convertirse en instrumentos importantes que den a la institución

./...

aseguradora un peso específico en la vida económica. Comprendo que esto puede ser peligroso y, sobre todo, puede ser discutido y crear resentimientos pero, desde un punto de vista nacional, tiene valor siempre que se reconozca la importancia social de las entidades pequeñas y su poderoso impacto como estimulante poderoso de la competencia y el servicio. No puede olvidarse en este aspecto que una entidad pequeña, limitadamente implantada, es mucho más potente que una gran entidad burocratizada.

Que ello se consiga ha de depender del esfuerzo de los aseguradores brasileños coordinados con sus fuerzas políticas. En mi opinión, el seguro brasileño está en condiciones de alcanzar en 1.989 un volumen de primas de 15.000 millones de dólares y un patrimonio de unos 20.000 millones, teniendo en cuenta las perspectivas de la Previdencia Social.

Ahora bien, para alcanzar este objetivo, el seguro brasileño se va a enfrentar con tres retos que, en mi opinión, tiene que superar, y ésto no es siempre fácil:

- a) Mejora intensa de su eficiencia y productividad, para reducir sus costes de gestión y, en definitiva, abaratar el precio. Los datos que he manejado reflejan que este es un campo susceptible de avances sustanciales y cuando se consiga se podrá llevar el seguro a nuevas capas sociales y así aumentar su penetración y su dimensión.
- b) Profunda descentralización territorial en la gestión de los aseguradores para acercar el servicio a los clientes y vincularlos al sentirse próximos de quienes toman las decisiones y reciben el servicio. Con este contacto y relación humana se dificulta de modo extraordinario el abuso o simplemente la pasividad en el servicio al cliente, casi inevitable en las grandes organizaciones centralizadas, en que quienes toman las decisiones nunca ven realmente al cliente ni se enfrentan directamente con sus problemas. La experiencia del seguro español de los años 70 es un interesante ejemplo en este sentido. Este es un aspecto importante y positivo para las entidades pequeñas muy directamente relacionadas con un área geográfica que en España, al menos son imbatibles.
- c) Crecimiento muy superior al actual del seguro de vida ordinario con ahorro, necesidad esta común a la del seguro español donde, como en Brasil, las cifras de seguro de vida son muy reducidas comparadas con la de EE.UU. o Alemania.

Si todo esto se consigue, las primas del seguro brasileño deberían representar el 1,5% de su producto nacional bruto y su patrimonio el 2% de dicho producto nacional bruto y ser un importante factor en su vida económica y desarrollo social.



## RESPONSABILIDAD SOCIAL DE LOS ASEGURADORES

No es fácil que se reconozca a los aseguradores un aumento en la fuerza institucional económica y social de un país (sin amenaza de desaparición en el primer vaivén político) salvo si adquieren conciencia de su responsabilidad y se preparan para ofrecer a países, pueblos y gobiernos administración altamente eficiente, y gran transparencia en empresas y fondos que invierten.

La institución aseguradora, además de una actividad privada que puede producir beneficio a sus propietarios y a quienes en ella trabajan, es una institución implicada fundamentalmente en la estructura de un país. Solamente aceptando las obligaciones que de ello se derivan, podremos los aseguradores llegar a esa alianza con los gobiernos, indispensable para que logremos un papel importante en la creación del ahorro nacional y en la distribución de su inversión.

Necesitamos actuar como fuerza social en interés del público en un marco de competencia y no como fuerza especulativa que simplemente origina acumulación de riqueza en sectores sociales reducidos.

Ese es el gran objetivo del seguro privado mundial, cuya consecución condicionara nuestra imagen, nuestra estructura y nuestra dimensión. En cierto modo esa es la modesta cruzada que MAPFRE y yo personalmente hemos emprendido por un sentido de servicio al público y a nuestra comunidad nacional. Sobre ello querría hacer algunos comentarios:

- a) La crisis económica actual crea dificultades extraordinarias al sector industrial, pero refuerza en cambio el sector asegurador, que la soporta más comodamente y que incluso aumenta su penetración y hasta su beneficio en momentos en que la actividad industrial casi no puede sobrevivir.
- b) Las situaciones de crisis tan profundas como las que hoy afectan al mundo, con cambio en orientaciones empresariales, actividad industrial y tecnología, crean un momento especialmente apropiado para que los aseguradores lleven a cabo su transformación interna institucional para convertirse en fuerza social económica reconocida, alejada lo más posible de cualquier avatar ideológico.
- c) Es necesario evitar que la comodidad de accionistas y conjunto de personas que participan en nuestras empresas, dominen su estructura y las convierta en un elefante dormido que paulatinamente va perdiendo fuerza hasta verse superada por competidores u otros sectores sociales que proporcionen servicios similares a coste más reducido, o simplemente con imagen más favorable.

- d) Es indispensable gran claridad en la responsabilidad gerencial y de resultados de las diferentes áreas estructurales, evitando monstruos burocráticos en que se actúan sin posibilidad de objetivo individual ni responsabilidad en las decisiones, aspecto primordial para los grandes aseguradores.
- e) Conviene aprovechar la perspectiva de los cambios estructurales de la economía para ser pioneros en la respuesta a las nuevas necesidades de "seguridad" que se abren en muy diferentes aspectos dentro de un país, tanto en la protección de la vida humana, como en la protección de activos físicos, servicio complementario que refuerza nuestra presencia institucional.
- f) Considerar como objetivo secundario, pero importante, el impulso del arte y la cultura, la promoción e impulso de actividades deportivas, la contribución al equilibrio étnico y otros aspectos en que la fuerza económica del seguro puede rellenar huecos con frecuencia olvidados por los gobiernos, pero de gran importancia para la calidad de la vida en el conjunto de un país. En vuestro país tengo noticias de algunos casos importantes de mecenazgo que merecen máximo encomio.

#### PERSPECTIVAS DEL SEGURO DE VIDA

Como podéis observar, una gran parte de mi disertación gira en torno a la importancia social del seguro a través de su participación en el mercado de capitales y en el mercado del ahorro. Desgraciadamente en los países con alto nivel de inflación este objetivo se enfrenta con la dificultad para crear un mercado de seguro de vida con ahorro. Se llega a un círculo vicioso de modo que si hay inflación no puede haber seguro de vida y la ausencia de ahorro a través del seguro de vida contribuye a impedir el equilibrio económico.

Por ello, no basta con expresar buenos deseos sobre el crecimiento del seguro de vida, sino que es preciso indicar algún camino que, aún con dificultades y lentitud, pueda lograr este objetivo.

La inflación afecta tanto al seguro de vida de puro riesgo como al de ahorro.

Para superar los defectos de la inflación en el seguro de riesgo, puede valer cualquier sistema ingenioso de revalorización anual de primas y capitales, con un ajuste para igualar el importe de la prima creciente con los años y que la entidad aseguradora esté dispuesta a admitir la antiselección por el aumento de los capitales originalmente contratados.

En el seguro de ahorro o seguro combinado de riesgo y ahorro, la superación de la inflación es más difícil y su gestión más complicada, ya que, aunque pueda corregirse de modo regular la cobertura aumentando la prima se desactualiza la reserva acumulada de la póliza salvo que se obtenga, y ésto no es fácil, una rentabilidad de inversión superior al índice de inflación.

Creo de todos modos, que a pesar de las dificultades, esto podría superarse si se pone énfasis en los siguientes aspectos:

- a) Dotar a la entidad aseguradora de un servicio financiero y de inversión capaz de obtener la máxima rentabilidad posible, que al menos en España muy difícilmente llegará ser equivalente al índice de inflación, lo que puede ser suficiente si los resultados netos financieros mejoran las inversiones al alcance normal de público.
- b) Reconocer el interés social del seguro de vida y recibir ayuda a través de dos tipos de medidas de gobierno:
  - \* Incentivos a los aseguradores para compensar, aunque sea parcialmente, el perjuicio de la inflación en su ahorro, con mecanismos de protección a este tipo de contratos de ahorro de segundogrado.
  - \* Permiso a las entidades aseguradoras para que, dentro de la prudencia y sin especulación, puedan invertir las reservas afectas a estas modalidades de seguro con libertad suficiente para obtener resultados que reduzcan la desvalorización del ahorro que se les encomienda, lo que implica no imponer las inversiones de rentabilidad reducida. Esto, parece es uno de nuestros problemas importantes en España.
- c) Aplicar un sistema de muy alta participación en el beneficio de la inversión de reservas, con gran claridad de información, para que, tanto asegurados como autoridades de vigilancia, conozcan lo que está haciendo cada entidad aseguradora.
- d) Aumentar regularmente la prima de los contratos en paralelo al índice de inflación, fórmula de corrección monetaria que facilita el mantenimiento del capital y ahorro y mantiene la realidad de la cobertura en los términos originarios.

Sinceramente, aún con dificultades, creo que son posibles, en base a estas ideas y con vuestra experiencia en "convivir con la inflación" fórmulas que permitan un mercado de seguro de vida individual de ahorro de 2º grado, de interés para los asegurados. En España nos hemos encontrado con este problema y en los últimos años se ha logrado crear un mercado, aún modesto, de seguro de vida con ahorro que se mantiene a pesar de dificultades y en mi opinión puede aumentarse de modo sustancial si el Gobierno reconoce su importancia y nos concede algún tipo de incentivo.

MAFRE VIDA, que se constituyó hace menos de diez años, ha logrado ser la primera entidad aseguradora en el seguro ordinario y la segunda si se incluye también el Seguro de Grupo, con una cuota de mercado de cerca del 20% del seguro ordinario de vida y de un 9% aproximadamente del Seguro de Grupo. Esto lo ha conseguido con una fórmula que reconoce a los asegurados una amplia participación en los beneficios de la inversión de las reservas técnicas. No estamos satisfechos de lo obtenido, ni quizás hemos acertado de modo absoluto, pero creemos que nuestra fórmula, adaptada a cada mercado y situación, ofrece un camino real para el seguro de vida con ahorro.

Se que Brasil tambien ha sabido descubrir formulas para mantener activo en su mercado el seguro de Vida individual a pesar de una mayor inflacion,

El ajuste de primas prefijado en la poliza en porcentaje anual ha sido sin duda un comienzo aceptable, el ajuste posterior de las primas, rentas y capitales en base a la variacion de Obligaciones Reajustables del Tesoro Nacional (ORTN) o en base a la evolucion del "Mayor Valor de Referencia" como parece hacen algunas aseguradoras, es sin duda, una solucion avanzada que sera definitiva y decisiva cuando las variaciones tanto del OPTN como del "Mayor Valor de Referencia" sean paralelas a la desvalorizacion monetaria, con un desnivel maximo del 10%.

Las cifras que me han proporcionado, no me permiten determinar la influencia de la correccion monetaria en la evolucion del mercado, no se si porque no ha habido tiempo de que las cifras lo demuestren o porque la evolucion del seguro de vida de grupo estuviese interfiriendo a traves de los seguros individuales renovables que han recibido un gran impulso en vuestro pais.

Se presenta a este Congreso como un espacio a ser ocupado por aseguradoras la llamada "Previdencia Privada", sistema supletorio de prevision social en forma de capitales y rentas.

Para mi, la inclusion de este tema ha sido uno de los grandes motivos de interes de esta conferencia, pues se trata de situar en una cartera de seguros personales una realidad que hace mucho conocen, de forma sistematica, los aseguradores.

Mi conocimiento de este sistema es superficial, pero como asegurador comprendo la importancia de un tema tan sugestivo que puede dar, en un futuro proximo, una mayor dimension a los seguros personales.

Quiero destacar que, los Estados Unidos, es una entidad aseguradora, la Prudencital, la que administra un mayor volumen de planes de pensiones, formula muy variada pero en cierto modo paralela a vuestra previdencia privada.

La proximidad tecnica entre el seguro de Vida y la "Previdencia Privada" es tan grande que es posible y sin duda conveniente, la preparacion de estudios conjuntos y me sentiria altamente satisfecho si Espana e Brasil pudiesen emprenderlos y se ofreciese colectivamente a varios Gobiernos formulas que contribuyan a un plan de promocion internacional de instituciones privadas para favorecer el ahorro susceptible de inversion a largo plazo.

§ \* \*

Con esto termino mi disertacion con la esperanza de haber logrado interesaros y, aun todavia, haber servido en algun aspecto para que el futuro de vuestro mercado asegurador se oriente en la linea de responsabilidad social y servicio al publico que, aunque a algunos pueda parecer idealista y teorico, yo tengo la prueba de que es el mejor metodo para el triunfo institucional e profesional.

Muchas gracias a todos por haberme escuchado.

## INDICE DE ANEXOS

---

- DATOS MACROECONOMICOS.
  - MAGNITUDES BASICAS DEL SEGURO.
  - INCREMENTOS EN LA DECADA.
  - MAGNITUDES RELATIVAS.
  - GRUPOS ASECURADORES MAS IMPORTANTES.
-

DATOS MACROECONOMICOS

PAISES	AÑOS										
	1.968	1.969	1.970	1.971	1.972	1.973	1.974	1.975	1.976	1.977	1.978
BRASIL	32	37	42	49	58	80	97	111	126	146	163
ESPAÑA	26	29	37	44	54	72	89	99	102	108	161
USA	87	934	981	1.061	1.168	1.302	1.407	1.526	1.696	1.889	2.112
FRANCIA	122	126	142	167	178	237	287	313	336	397	472
ALEMANIA	133	162	186	231	258	340	409	393	476	569	702
BRASIL	88	91	92	95	98	101	103	106	109	112	115
ESPAÑA	33	33	34	34	34	35	35	36	36	36	37
USA	201	203	204	206	208	210	211	214	215	217	219
FRANCIA	50	50	51	51	52	52	52	53	53	53	53
ALEMANIA	58	59	61	61	62	62	62	62	61	61	61

PIB en miles de millones de dólares USA; HABIT en millones.

## A N O S

DATO	1. 968	1. 969	1. 970	1. 971	1. 972	1. 973	1. 974	1. 975	1. 976	1. 977	1. 978
PAISES											
BRASIL	38	46	60	70	87	128	154	183	196	229	275
ESPAÑA	44	53	62	77	100	146	185	215	238	247	336
USA	31.087	33.996	36.767	40.742	44.499	44.668	52.610	58.575	66.379	72.319	78.760
FRANCIA	878	881	1.026	1.247	1.479	1.783	2.148	2.530	2.709	3.291	3.919
ALEMANIA	2.225	2.656	2.961	3.825	4.528	5.882	7.095	7.246	8.764	10.974	14.121
BRASIL	231	234	278	309	431	589	783	954	1.130	1.311	1.558
ESPAÑA	379	435	503	614	765	1.020	1.246	1.433	1.477	1.603	2.231
USA	26.026	29.224	32.867	35.715	39.317	42.480	45.152	49.967	60.813	72.397	81.69
FRANCIA	3.031	3.113	3.499	4.248	4.978	6.287	7.549	8.701	8.938	10.697	12.678
ALEMANIA	3.125	3.713	4.249	5.875	6.777	8.990	10.456	10.336	12.405	15.487	19.286
BRASIL	269	260	338	379	518	717	937	1.137	1.326	1.540	1.833
ESPAÑA	423	487	565	691	865	1.166	1.431	1.648	1.715	1.850	2.567
USA	57.113	63.220	69.634	76.457	83.816	91.148	97.762	108.542	127.192	144.716	160.450
FRANCIA	3.909	3.994	4.525	5.495	6.457	8.070	9.697	11.231	11.647	13.988	16.597
ALEMANIA	5.350	6.369	7.210	9.700	11.305	14.872	17.551	17.582	21.169	26.461	33.407
BRASIL	(1) 205	217	257	262	398	525	594	692	798	1.053	1.718
ESPAÑA	724	811	913	1.091	1.303	1.735	2.188	2.539	2.563	2.686	3.34
USA	258.967	266.296	284.368	312.135	346.826	363.389	366.362	408.724	465.921	524.607	594.897
FRANCIA	8.742	9.030	11.751	14.141	16.459	20.524	24.958	28.084	30.804	37.096	44.317
ALEMANIA	12.925	15.772	17.736	23.654	26.546	35.738	43.568	46.606	58.171	73.777	96.483
BRASIL	(1) 15	13	20	19	22	23	26	34	32	30	31
ESPAÑA	27	25	27	29	28	30	30	32	32	33	34
USA	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	1.194
FRANCIA	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	108	112	113	113	112	114
ALEMANIA	181	184	189	197	205	208	209	203	200	199	200

\* Primas y Patrimonio en millones de dólares USA; EMPLEADOS en miles.

\* El dato PATRIMONIO NAC. SEGURO corresponde a la suma de Fondos Propios y Provisiones Técnicas.

\* Excluidos Reaseguro y Corredores Agentes.

INCREMENTO EN LA DECADA (%)

PAISES	PRODUCTO INTERIOR BRUTO	HABITANTES	PRIMAS SEGURO	PATRIMONIO NACIONAL SEGURO	EMPLEADOS SEGURO
BRASIL	414	31	280	217	192
ESPAÑA	521	12	576	362	36
USA	142	9	180	130	N.A.
FRANCIA	287	7	366	407	N.A.
ALEMANIA	426	6	524	646	10

Este cuadro refleja la variación porcentual de cada magnitud en los diez últimos años con datos disponibles.



MAGNITUDES RELATIVAS

PAISES		P I B "PER CAPITA" (DOLARES)	PRIMAS A P I B (%)	PATRIMONIO SEGURO A P I B (%)	PATRIMONIO SEGURO A PRIMAS (%)	PRIMAS POR EMPLEADO (miles de dlr.)	PRIMAS POR HABITANTE (DOLARES)
BRASIL	69	409	0,7	0,6	77,5	21,5	3,1
	78	1.412	1,1	1,1	93,7	59,1	15,9
ESPAÑA	69	862	1,7	2,8	166,5	19,5	14,5
	78	4.375	1,6	2,1	130,3	75,5	69,8
USA	69	4.609	6,8	28,5	421,2	N.A.	311,9
	78	9.657	7,6	28,2	370,8	134,5	733,7
FRANCIA	69	2.504	3,2	7,2	226,1	N.A.	79,4
	78	8.851	3,5	9,4	267,0	145,6	311,4
ALEMANIA	69	2.754	3,9	9,7	247,6	34,6	107,9
	78	11.452	4,8	13,7	288,8	167,0	547,7

GRUPOS ASEGURADORES MAS IMPORTANTES

PAISES	N° ORDEN	1.969		1.979 (ó 78)	
		GRUPOS ASEGURADORES	CUOTA MERCADO (%)	GRUPOS ASEGURADORES	CUOTA MERCADO (%)
BRASIL	1°	ATLANTICA	11,7	SULAMERICA	14,4
	2°	SULAMERICA	9,7	ATLANTICA	14,0
	3°	INTERNACIONAL	5,6	ITAU	6,6
	TOTAL		27,0	TOTAL	37,0
ESPAÑA	1°	UNION Y FENIX	6,3	UNION Y FENIX	4,9
	2°	ESTRELLA	3,6	MAPPRE	3,8
	3°	BANCO VITALICIO	2,9	CATALANA	3,0
	TOTAL		12,8	TOTAL	11,7
USA	1°	N.A.	N.A.	PRUDENTIAL	5,3
	2°	N.A.	N.A.	AETNA	4,7
	3°	N.A.	N.A.	STATE FARM	4,2
	TOTAL		N.A.	TOTAL	14,2
FRANCIA	1°	N.A.	N.A.	UAP	4,3
	2°	N.A.	N.A.	AGF	3,6
	3°	N.A.	N.A.	GAN	2,7
	TOTAL		N.A.	TOTAL	10,6
ALEMANIA	1°	ALLIANZ	19,3	ALLIANZ	17,2
	2°	COLONIA	4,8	COLONIA	4,2
	3°	GERLING	4,0	GERLING	3,5
	TOTAL		28,1	TOTAL	24,9

En USA los datos corresponden a 1.978. En 1.979 AETNA ha pasado a ocupar el primer puesto por encima de PRUDENTIAL, pero desconocemos cuotas de mercado correspondientes a este año.



11ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE  
SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO  
BELO HORIZONTE / MG 6 A 10 DE OUTUBRO DE 1980

DIA 9 – QUINTA FEIRA

14,30 Horas – Sessão Plenária  
Discurso do Dr. Francisco de Assis Figueiras, Superintenden-  
te da SUSEP.

(saudação às autoridades presentes)

Significativa é por si sô a realização das CONFERÊNCIAS BRASILEIRAS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO, propiciando oportunidade para encontros tão marcantes, em que o empresariado e a autoridade governamental brasileira se reúnem para a análise consciente do mercado segurador.

2. A cada ano cresce a importância desses conclaves, sempre enriquecidos com a experiência e os resultados dos trabalhos precedentes, voltados para o aperfeiçoamento e a expansão do próprio mercado e até mesmo da economia nacional. E os resultados desses esforços vão surgindo a cada instante em todos os segmentos de nossa vida cotidiana.

3. É de notar que a temática central escolhida vem propiciando, no correr dessas reuniões, a mais variada gama de assuntos, de modo a que possam os senhores convencionais dissertar e debater amplamente os problemas enfocados, abrindo-se o mercado para receber a todos quantos queiram colaborar dentro de um único objetivo final — ALCANÇAR O BEM ESTAR E A TRANQUILIDADE DOS SEGURADOS E DE SEUS BENEFICIÁRIOS.

4. Para esse fim, também acreditamos, é necessária a identificação dos ESPAÇOS VAZIOS NA ÁREA DO SEGURO E DA CAPITALIZA

ÇÃO e seu adequado preenchimento; tema, aliás, que permite o estudo de todo e qualquer problema de interesse do Sistema Nacional de Seguros Privados, como evidenciam as mais variadas teses apresentadas à Comissão Organizadora da Conferência. E a identificação dos espaços vazios vem se fazendo inegavelmente mediante o trabalho conjunto do segurador, do corretor e da autoridade governamental, em face das necessidades caracterizadas do beneficiário final do Sistema.

5. É claro que o preenchimento de tais espaços nem sempre ocorre com a desejada naturalidade e presteza, justificando, por isso, sejam estabelecidos critérios especiais e até mesmo eventuais de procedimentos, de modo a que possa o sistema, como um todo, agir harmônicamente em busca dos melhores resultados possíveis, sem o desperdício de esforços.

6. Dentro desse princípio, efetivamente, tem-se alcançado bons resultados, como evidencia o próprio Decreto-lei nº 73, de 21.11.66, marco principal do Sistema Nacional de Seguros Privados. Outros dispositivos legais e regulamentares seguiram-se-lhe, é claro, complementando o conjunto básico de normas e às vezes retificando os critérios então vigentes, com vistas ao seu aperfeiçoamento, face à experiência adquirida no cotidiano do MERCADO DO RISCO.

7. Destacamos as normas relativas ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, o DPVAT, criado pela Lei nº 6.194, de 19.12.74, e regulamentado pela Resolução nº 1, de 03.04.75, do CNSP.

8. Como se tratava de modalidade relativamente nova,

3.  
instituída em substituição ao anterior RCOVAT — de resultados o  
peracionais pouco favoráveis — não encontrou de imediato a neces  
sária receptividade por parte de algumas seguradoras.

9. Contudo, eram efetivamente promissoras as caracte  
rísticas de risco da nova modalidade:

- seguro de massa, com riscos de pouca densidade;
- mínima exposição a catástrofe ou acumulação de  
riscos;
- favorável nível de reservas;
- risco individual bastante reduzido; e
- baixo nível de sinistralidade.

10 Assim, após o balanço de 1976, verificando-se resul  
tados compensadores naquele exercício — com boas perspectivas pa  
ra a obtenção de recurso "CAIXA" — lançaram-se diversas segura  
doras em concorrência pelo mercado, com luta verdadeiramente acir  
rada pela venda dos rentáveis "Bilhetes DPVAT".

11 Com o objetivo de minimizar aquela concorrência  
tão prejudicial ao sistema, tornou-se necessário o estabelecimen  
to de novos critérios para fixação de limites operacionais, pro  
piciando-se, conseqüentemente, melhores condições de garantia pa  
ra o segurado.

12 Procurou-se corrigir a anomalia através da Resolu  
ção CNSP nº 05/78, que alterando o critério anterior, determinou  
que as receitas oriundas do seguro DPVAT não poderiam ultrapassar  
o montante equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do Ativo  
Líquido apurado pela SUSEP, quando da fixação dos limites opera -

cionais em geral.

13. Tais limites, a princípio, eram estipulados semestralmente com base nos balancetes de 31 de março e 30 de setembro e vigoravam a partir de 1º de julho do mesmo ano e 1º de janeiro do exercício seguinte, respectivamente. Por último, com a vigência da Resolução nº 18, de 1979, do Conselho Nacional de Seguros Privados, o limite do seguro DPVAT passou a ser calculado tão-somente com base no Ativo Líquido apurado no Balancete de 31 de março do ano anterior, atribuindo-se à SUSEP competência para sua revisão sempre que houvesse necessidade.

14. Assim, a dotação anteriormente prevista, de seis bilhões, duzentos e trinta e um milhões de cruzeiros, distribuída entre as 89 seguradoras atuantes no DPVAT, foi ampliada, fixando-se limite complementar para o período de setembro a dezembro do corrente ano, equivalente a 20 % do limite total anterior, a ser rateado, também, entre aquelas 89 seguradoras.

15. Isso não obstante, objetivando encontrar a melhor operacionalidade desse seguro, de modo a que se possa alcançar a desejada estabilidade do Mercado, assegurando-se a existência de normas duradouras e que permitam, inclusive, evitar distorções em sua comercialização, estamos elaborando estudos, com a colaboração das próprias entidades de classe, esperando poder oferecer ao Conselho Nacional de Seguros Privadas, para breve, as nossas conclusões.

16. Outros ramos e modalidades de seguro também tiveram sua regulamentação instituída ou alterada, como é o caso do SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DOS TRANSPORTADORES HIDROVIÁRIOS, do SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL — ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E/OU INDUSTRIAIS, PRODUTOS, EMPREGADOR E RISCOS CONTINGENTES, do SEGURO DE FIANÇA LOCATÍCIA DE PRÉDIOS URBANOS, do SEGURO COMPREENSIVO DE FLORESTAS e do SEGURO AGRÍCOLA CONTRA PERDAS CAUSADAS POR GRANIZO EM VIVEIROS.

17. Quanto ao SEGURO-SAÚDE, instituído pelo Decreto-Lei nº 73/66 (Seção I, do Capítulo XII), teve regulamentada apenas a modalidade de REEMBOLSO DE DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E/OU HOSPITALAR, a ser operada somente pelas Seguradoras autorizadas para o RAMO VIDA, nos termos da Resolução CNSP nº 11/76, e não despertou maiores interesses entre as Seguradoras. Em face disso já cogitamos da realização de estudos específicos para sua revisão.

18. Ainda como campo de atuação do segurador, destacamos, pela sua influência no mercado, a regulamentação dos procedimentos próprios da Previdência Privada Aberta, hoje com suas linhas básicas de comportamento praticamente definidas e consolidadas no Manual da Previdência Privada Aberta - MPPA, instituído pela Superintendência de Seguros Privados, no interesse do Sistema, para conferir segurança às suas operações.

19. Vale notar que, somente com o esforço conjugado dos setores público e privado, reconhecendo a real importância dessas atividades para o desenvolvimento econômico e social do Brasil e a necessidade de adequar sua atuação a objetivos gerais de interesse da comunidade, definindo responsabilidades e fixando critérios operacionais, foi possível o surgimento daquele complexo de normas e regras baixado em complementação e ao amparo da Lei nº 6.435, de 15.07.77, do Decreto nº 81.402, de 23.02.78, e da Resolução nº 07, de 13.06.79, do Conselho Nacional de Seguros Privados.

20. E bem verdade que o ideal ainda não foi alcançado, carecendo, portanto, de regulamentação aspectos de real importância naquele setor, como é o caso da PADRONIZAÇÃO CONTÁBIL, da REGULAMENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA, SOCIAL e FINANCEIRA AOS PARTICIPANTES e outros, em fase adiantada de estudos sob a coordenação da SUSEP e com o apoio efetivo da iniciativa privada.

21. Mesmo assim já se pode vislumbrar um mercado praticamente em vias de regularização, hoje com onze entidades totalmente adaptadas aos novos critérios estabelecidos para a Previdência Privada Aberta, e de posse das CARTAS-PATENTES que lhe permitem a comercialização de seus novos planos de benefícios. Outras quarenta e uma organizações também já estão com seus respectivos programas de adaptação aprovados, prevendo-se para breve a expedição de novas cartas patentes.



22. Com as medidas em curso, esperamos ter concluído a té o final do corrente ano o estudo da totalidade dos requerimentos a nós submetidos, acreditando ter propiciado ao mercado a ocupação de mais um importante espaço.

23. Finalmente, como trabalho de reflexo no desenvolvimento do mercado segurador, registramos também a constituição e o pleno funcionamento de um grupo de trabalho, integrado por representantes da SUSEP e das Sociedades Seguradoras, com o objetivo de apresentar, em breve espaço de tempo, proposta de normatização das atividades de ESTIPULANTE DE SEGUROS, que melhor conceituadas permitirão oferecer a necessária credibilidade aos segurados e, consequentemente, ampliar as possibilidades dessa ramificação do seguro grupal.

24. Todos esses estudos, frisamos, vêm contando, invariavelmente, com o apoio integral do Sistema que, interessado em sua evolução, vem atendendo à convocação governamental de maior participação da iniciativa privada na programação de seus próprios rumos.

25. É disposição da SUSEP, por isso, afirmamos, desenvolver esse entendimento, sempre em busca do melhor relacionamento entre os Órgãos Públicos e as Entidades Privadas, para a conquista dos objetivos comuns.

26. Dessa forma, os temas propostos nessa Conferência merecerão, estejam certos, a atenção especial da SUSEP, consciente de que neles há, como pretensão fundamental, a defesa do Mercado Segurador, um dos sólidos responsáveis por apreciável parcela do nosso produto interno bruto.

27. A presença da SUSEP nesta Conferência representa, pois, o desejo de se ampliar, cada vez mais, o diálogo da área governamental com a iniciativa privada, a fim de se poder alcançar os melhores resultados das atividades seguradoras, sempre em benefício dos segurados e de seus dependentes, beneficiários finais do SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS.

TEMOS DITO.



DIA 9 – QUINTA FEIRA

17,00 Horas – Painel sobre Previdência Privada  
Exposição de Carlos Alberto Manhães Barreto e João José de  
Souza Mendes. Coordenação de debates a cargo de Nilton  
Molina.

A IMPORTÂNCIA DA PREVIDÊNCIA PRIVADA PARA O MERCADO SEGURADOR

A previdência oficial, como não poderia deixar de ser, objetiva atender a grande massa do contingente de trabalho no país, e de fato o atende de forma satisfatória no que respeita ao benefício de aposentadoria.

Resta, no entanto, um segmento da força de trabalho cujas necessidades futuras não são satisfatoriamente atendidas e que é composto pelos profissionais liberais, pelos funcionários de nível médio e superior das empresas e por todos aqueles que através do desenvolvimento de uma atividade paralela a sua atividade principal, percebem além do teto previsto no Sistema Previdenciário Oficial. A certeza de um futuro com condições de vida significativamente inferiores às do presente, gera, neste segmento do contingente de trabalho, uma angústia existencial que os leva a se tornarem investidores compulsórios, na tentativa de assegurarem para si e para os seus, no futuro, o conquistado no presente.

Infelizmente, os investimentos que realizam, normalmente são apenas medíocres por razões de tempo disponível, algumas vezes por falta de profissionalismo e sempre em função da pequena massa de manobra de que dispõem, sendo poucos, portanto, aqueles que conseguem, desta forma, atingir o objetivo proposto.

Está criado, desta forma, um importante fator de dispersão de esforços com repercussões que transcendem do Social.

A Lei 6435, que criou a Previdência Privada, veio oportunamente criar as condições que possibilitam:

1. Sanar essa situação injusta que condena aqueles, a cujo esforço se pôde atribuir parcela ponderável pelo progresso do país, a uma redução radical do padrão de vida, ao término de sua vida profissional.
2. A minimização da dispersão de esforços dessa parcela do contingente de trabalho do país, e, conseqüentemente, o aumento de sua eficácia global, ao possibilitar a eliminação do fator casual dessa dispersão, através da complementação dos benefícios oficiais, assegurando a manutenção, no futuro, do padrão de vida conquistado no presente.

Usando, como exemplo, o caso específico dos trabalhadores de nível médio e superior das Empresas, tentaremos mostrar como essa dispersão de esforços, fruto da situação anteriormente descrita, atinge diretamente o desempenho da Economia.

Não é razoável, esperarmos que pessoas empenhadas em assegurar o futuro, através de investimentos privados, possam desenvolver todo o seu potencial criativo na sua atividade principal. Ora, como é a esses níveis que cabe a condução das Empresas, têm estas, afetada, de forma significativa, a sua eficiência e, portanto, através da somatória das ineficiências assim geradas, o próprio desempenho global da Economia. Essa situação contrária aos interesse específico das Empresas e do país, é moralmente impossível de se impedir sem um sistema complementar à Previdência Oficial.

A nível Micro, estamos seguros que a Previdência Privada fatalmente se constituirá em um dos mais importantes instrumentos de manejo dos Recursos Humanos, o que equivale a dizer, da própria Empresa, se atentarmos para o fato, de que é este, dentre todos os recursos utilizados por qualquer empreendimento, o mais relevante. Não nos resta dúvida, portanto, que as Empresas, a médio prazo, certamente instituirão alguma forma de complementação dos benefícios oficiais, nos termos da Legislação da Previdência Privada.

Como a Legislação prevê, duas grandes opções para as Empresas complementarem estes benefícios, ambos com vantagens e desvantagens intrínsecas, será sempre necessário para que possam escolher a opção mais adequada às necessidades de cada uma, um assessoramento técnico na verdadeira acepção da palavra, isto é, isento de interesse específico. Essa isenção dificilmente poderá existir em entidades que não tenham possibilidade de participarem, de alguma forma, em ambas as modalidades previstas pela Legislação, isto é, dos Fundos Fechados e dos Fundos Abertos.

Ora, essa condição de participação em ambas as modalidades de Previdência Privada, que julgamos necessárias para que a assessoria seja realmente isenta, existe nas instituições que compõem o Mercado Segurador, ou seja, em Corretoras e Seguradoras.

A participação do Mercado Segurador, nas Entidades Abertas, é assegurada pela própria Legislação.

A participação do Mercado Segurador nas Entidades Fechadas pode se dar de várias formas, como por exemplo: através das Carteiras de Vida, com evidentes vantagens de custo e risco para as Entidades Fechadas; pela complementação além dos limites de valor estabelecidos pela Legislação que regula as Entidades Fechadas; a própria Legislação que regula as Entidades Fechadas, estabelece a obrigatoriedade de repasse à Seguradoras de responsabilidade acima de determinados limites, conforme o número de membros do Fundo.

Não pretendemos, na enumeração das formas de participação do Mercado Segurador nas Entidades de Previdência Fechada, tê-las esgotado, e, estamos certos que a imaginação criativa do Mercado certamente encontrará várias outras. Pretendemos, tão somente demonstrar, através deste, poucos exemplos, que, ao contrário do que algumas vezes se poderia pensar não existe conflito de interesses entre o Mercado Segurador e as Entidades de Previdência Fechadas, pela simples razão destas se constituírem em mais um segmento do nosso Mercado.

Face ao exposto, acreditamos ter demonstrado o que afirmamos anteriormente, isto é, que o Mercado Segurador reúne as condições necessárias para assessorar, de forma isenta, as Empresas Privadas ou Públicas, no que respeita as suas necessidades de Previdência Complementar.

./...

De tudo o que foi anteriormente dito, parece-nos bastante claro que a Previdência Privada se constitui na grande oportunidade do Mercado Segurador, no sentido da ampliação de suas atividades, por não termos dúvida da existência de um grande Mercado potencial para a mesma, uma vez que o segmento da força de trabalho cujas necessidades não são satisfeitas pela Previdência Oficial, se bem seja numericamente pequeno, é de grande relevância em termos de renda auferida, reunindo, portanto, as condições necessárias ao desenvolvimento deste potencial, ou seja, uma necessidade real não satisfeita e a capacidade financeira para satisfazê-la.

.../...

DESCENTRALIZAÇÃO ECONÔMICA E PREVIDÊNCIA PRIVADA

Um dos dilemas fundamentais da sociedade brasileira atual reside nas dificuldades de compatibilizar o elevado grau de centralização na captação e uso de recursos, e o objetivo, inclusive político de fortalecer um sistema econômico descentralizado. É interessante lembrar que a participação do Estado na poupança financeira se elevou de 48% no triênio 1971/73 para cerca de 72% em 1974/76.

O fato dos recursos mobilizados pelo Estado serem em grande parte reciclados para o próprio setor privado não é suficiente para justificar esta estratégia. O que realmente importa é o comando do processo alocativo e este está de fato concentrado nas mãos do Estado. Por isso mesmo, os critérios de utilização de recursos distanciam-se do conceito de lucratividade esperada, que é a única medida impessoal de se avaliar eficiência, passando a atender objetivos de rentabilidade social, que na prática, acaba muitas vezes por refletir o juízo de valor de pequenos grupos, nem sempre coincidente com as preferências reveladas pela comunidade. É razoável, inclusive, admitir que quanto maior a centralização do processo decisório, tanto maior são as possibilidades de distanciamento entre prioridades, assim estabelecidas e os critérios sociais efetivamente relevantes.

Cabe esclarecer que por processos alocativos, estamos nos referindo às alocações específicas e não ao direcionamento dos recursos que, sem dúvida, deve sempre caber ao Estado.



Acreditamos que um exemplo típico do que afirmamos nos é fornecido pelo Status-Quo do Programa de Integração Social. A criação do Programa de Integração Social, através da geração de uma poupança compulsória, objetivou uma melhor distribuição de renda, a acumulação dos recursos destinados a financiar os projetos de expansão e integrar os empregados na vida e destino das empresas. Os beneficiários do PIS teriam um pecúlio quando da aposentadoria e direito ao saque de suas quotas em alguns eventos discriminados por lei e regulamentações subsequentes. Existindo a obrigatoriedade de remunerar os recursos com o mínimo de 3% reais.

Estes objetivos que levaram à criação do PIS são de relevante interesse Nacional, sob o ponto de vista tanto Social como Econômico. A seguir, tentaremos evidenciar por que não vêm estes objetivos sendo atingidos em sua plenitude, e, sugerir uma forma, que acreditamos, não só permita o seu atingimento, como também, a sua ampliação.

Como as aplicações desta poupança compulsória foram orientadas, quase exclusivamente para o débito, e de certo modo, constituem o arcabouço do subsídio ao endividamento, a suposta segurança dos beneficiários fica, portanto, apoiada em bases artificiais, dependendo basicamente da garantia governamental.

De fato, como a maioria dos empréstimos concedidos com recursos do PIS, são feitos à taxas subsidiadas, as rentabilidades desses fundos ficam aquém da potencialidade do mercado, e além disso representam um ônus para toda a coletividade, uma vez que o diferencial entre a taxa efetiva de aplicação e o mínimo assegurado por lei é coberto com recursos governamentais.

Não negamos a necessidade do Estado dispor de recursos para esse gênero de aplicações. Apenas, acreditamos, que, não devam ser oriundos de poupança compulsória que objetivem precipuamente a melhoria das condições dos trabalhadores e sua integração nas empresas do país.

A exigência de uma remuneração mínima de 3% de juros reais, além da correção monetária, tem se constituído em obstáculo à participação dos recursos do PIS nos mercados primários e secundários de ações, porque este mercado, apesar de no tempo, apresentar uma rentabilidade maior, não pode garantir uma determinada remuneração anual, porque tem uma variância maior na taxa de retorno.

Nessas condições, esses recursos compulsórios têm sido basicamente alocados em aplicações de renda fixa com correção monetária. Ora, se a média das empresas brasileiras não remunerar os investimentos com taxas superiores ao mínimo exigido para os recursos das poupanças forçadas, é evidente que não haverá garantia para os seus haveres financeiros. É lógico, pois, que as poupanças forçadas participem diretamente das empresas brasileiras a fim de propiciar aos seus beneficiários, os trabalhadores, resultados melhores, em função da lucratividade crescente, e ultrapasse o custo explícito de juros e correção monetária.

./...

A dispersão dos recursos do PIS, através de participação acionária em grande número de empresas boas e sadias e com potencial elevado de crescimento, viria, não só garantir efetivamente maior segurança aos trabalhadores, como também, lhes daria uma real participação nos lucros.

Se considerarmos que esses recursos fluem anualmente em ritmo crescente, se os mesmos forem aplicados como preconizamos, isto é, diversificadamente em todos os setores, é fácil inferir que o risco, nesse caso, se identifica com o desempenho generalizado da economia brasileira.

O PIS aglutina recursos oriundos de milhares de unidades produtivas, aumentando a poupança global disponível. A concentração destes recursos, em mãos do governo, torna sua administração impermeável aos critérios de rentabilidade, que prevalecem no mercado de capitais e submete às empresas brasileiras a forte dependência de um único credor. Ora, uma economia de mercado só pode fortalecer-se, a medida que se descentralizam as decisões de investimento e se alocam as poupanças nos melhores usos através de sinalização de rentabilidades emergentes da procura e oferta de fundos. A fim de se alcançar uma melhor remuneração para os recursos do PIS e fortalecer a empresa privada, através da pulverização dos centros de decisões de alocação de recursos e que certamente levará a uma maior eficiência na alocação das poupanças, torna-se necessário reformular a filosofia de investimento do PIS e multiplicar o número de gestores.

Esses objetivos podem ser atingidos através da desconcentração da poupança compulsória, permitindo-se aos trabalhadores optarem pela utilização das contribuições do PIS, na Previdência Privada. Evidentemente, nos referimos apenas aos novos fluxos compulsórios do PIS, devendo ser resguardado o esquema atual de distribuição de um salário mínimo adicional aos trabalhadores de baixa renda, e esta nova sistemática deveria ser implementada de forma gradual a fim de se assegurar continuidade aos compromissos assumidos com os recursos passados.

Esta realocação de recursos, aparentemente simples, tem importantes consequências. Haveria importante estímulo à constituição de entidades de Previdência Privada, inclusive entre as pequenas e médias empresas, permitindo a rápida multiplicação de novos centros de captação de recursos. Teríamos, portanto, através do redirecionamento da poupança compulsória, um notável estímulo à poupança voluntária, o que equivale a dizer, um novo salto na taxa de poupança global.

A utilização desses recursos em ativos financeiros de longo prazo e na subscrição de ações de empresas privadas, cujo objetivo principal é maximizar a rentabilidade ponderada por margens coerentes de risco, daria nova dimensão ao mercado de capitais brasileiro, modificando a tendência de concentração das poupanças voluntárias em títulos públicos federais.

A mudança na composição dos recursos para investimento, associada a essa nova forma de canalização de poupança, ao livrar as empresas da dependência excessiva dos créditos de curto prazo, se constituiria em peça fundamental para assegurar um crescimento mais estável das mesmas com menores pressões inflacionárias.

O mais importante é que nestas condições, este processo se desenvolve sem artificialismo, através dos mecanismos seletivos de mercado, onde a disputa pelos recursos se encarregará de premiar eficiência e rentabilidade. Esta reformulação, julgamos que cria, portanto, as condições objetivas para que o setor privado possa ampliar, ao longo do tempo, as suas funções na mobilização de recursos e escolha de alternativas para investimentos.

É também importante acrescentarmos que a descentralização das fontes de investimento, que preconizamos, é um primeiro passo objetivo para um processo autêntico de descentralização econômica. O escasso conhecimento das oportunidades de investimento e as dificuldades de identificação do potencial de capacidade empresarial local, inerentes a um planejamento excessivamente centralizado, tem limitado, na prática, os esforços de descentralização econômica.

Somente a descentralização do processo de identificação de prioridades e mobilização de recursos, permitirá sem sacrifício de eficiência e sem concentração em grandes empresas, a ampliação interna da base econômica dos diferentes Estados que compõem a Federação, através do desenvolvimento de fontes próprias de poupança.

A ampla disseminação das Entidades de Prividência Privada, aumenta a possibilidade de identificação apropriada das oportunidades lucrativas em cada região, viabilizando, desta forma, o processo de descentralização econômica, essencial para que se estabeleça, na sua plenitude, uma economia de Mercado.

De tudo que anteriormente expusemos, parece-nos claro que a possibilidade de utilização do PIS na Previdência Privada não só beneficia a Economia como um todo, mas também permite realmente atingir os objetivos Sociais que levaram à criação do PIS, propiciando condições necessárias à real integração dos trabalhadores na vida das empresas, através das participações acionárias das Reservas das Entidades de Previdência Privada, além de conceder os benefícios decorrentes dos resultados das aplicações de suas poupanças, em função de eventos que maximizam a relevância destes benefícios para eles e suas famílias.

.../...

CAMB/cbv

02/10/80



# 11ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO

BELO HORIZONTE / MG 6 A 10 DE OUTUBRO DE 1980

DIA 10 - SEXTA FEIRA

14,30 Horas - Sessão Plenária  
Resoluções e Moções Finais  
Escolha do local da próxima Conferência  
Publicação dos Anais

A Comissão de Resoluções, na forma do art. 18 do Regulamento, procedeu ao exame de todos os trabalhos e teses, tomando conhecimento inclusive dos debates e recomendações que suscitara, quando da sua apreciação pelos diferentes órgãos da Conferência.

Considerando que as idéias propostas em todos os trabalhos submetidos à Conferência representam, em verdade, contribuições para o aprimoramento do desempenho do mercado de seguros, nos seus múltiplos ângulos e aspectos;

Considerando que, na exiguidade de tempo peculiar ao andamento dos trabalhos de toda Conferência, dificilmente é possível esgotar a análise das questões e idéias abordadas, sendo habitual a necessidade de subsequentes estudos;

Considerando que estes estudos, sempre mais aprofundados com o tempo que é disponível após as Conferências, não só permitem a obtenção de mais subsídios que porventura enriqueçam o mérito das idéias, mas sobretudo dão lugar à esquematização de fórmulas capazes de viabilizarem a aplicação prática das contribuições trazidas à Conferência pelos autores de teses e trabalhos, a Comissão de Resoluções

PROPÕE:

1) que todos os trabalhos e teses sejam encaminhadas à FENASEG, com as recomendações sobre as mesmas feitas pelos Grupos de Trabalho e Sessões Plenárias desta Conferência;

2) que se recomende à FENASEG a realização de estudos mais aprofundados, com vistas à viabilização e implantação das idéias aqui defendidas, bem como providenciando, quando for o caso, a divulgação de trabalhos e teses que, dentro e fora do meio segurador, possam contribuir para o melhor conhecimento do seguro e de fatores capazes de aperfeiçoarem o desempenho da instituição e sobretudo favorecerem interesses do público segurado e de toda a sociedade brasileira.

3) que, em face da Resolução do Grupo de Administração e Finanças e dos debates da Sessão Plenária das 10 hs do dia 10 de outubro, a Conferência ratifique o princípio <sup>da ampliação</sup> do fracionamento do prêmio do seguro, como forma de abrir horizontes à comercialização, e encaminhe a tese nº 21 aos órgãos da classe seguradora, para estudo de normas e condições apropriadas à viabilização da idéia básica da aludida tese.

A Comissão de Resoluções, no entanto, com o objetivo de propiciar uma visão de conjunto dos trabalhos da Conferência e dos propósitos da classe seguradora, propõe ainda que a Conferência aprove a seguinte:

#### DECLARAÇÃO DE BELO HORIZONTE

A experiência (histórica e mundial) põe em relevo uma forte correlação entre a demanda de seguros e a capacidade da economia para produzir e distribuir renda. Produzir implica, inevitavelmente, criar e multiplicar riscos — e estes se propagam, do processo produtivo para todo o contexto da vida social. Distribuir (bem) a renda é promover o bem estar — e este necessariamente inclui a aquisição de garantias contra as incertezas do futuro, cada vez mais acentuadas nas Sociedades que se industrializam.

Desses fenômenos é excelente exemplo a economia brasileira, cujo processo de desenvolvimento abriu caminhos, nas últimas décadas, à acelerada expansão do mercado interno de seguros, hoje evoluído e significativo setor da atividade nacional.

Para os problemas e dificuldades da hora atual, que envolvem indistintamente todas as economias, a economia brasileira tem soluções e respostas porque dispõe, em verdade, de amplos recursos para crescer internamente, com aumento simultâneo do seu setor externo.



Por isso, o mercado segurador brasileiro, ao término dos trabalhos da Conferência de Belo Horizonte, expressa sua confiança na continuidade do processo de desenvolvimento nacional, que a rigor constitui o objetivo último da atual política econômica do País. Essa mesma confiança foi o próprio motor da Conferência, em cujo tema está implícita uma proposta de expansão do mercado de seguros.

Tal proposta, com os subsídios recolhidos ao longo deste encontro da classe seguradora, terá agora condições para converter-se em projetos de novos e efetivos avanços do seguro brasileiro. Esses projetos terão como objetivos principais:

1) inserir o seguro como componente necessário das exportações nacionais de bens e serviços, a fim de que ele, no Brasil, também seja uma exportação "invisível", como o é no comércio exterior de tantas economias industrializadas;

2) implantar, em escala nacional, esquema de operações que leve maior apóio e mais estímulo do seguro à produção rural, quase sempre inibida ou sacrificada pelo elevado teor de risco que lhe é peculiar.

3) disseminar cada vez mais a prática da indexação dos valores básicos do seguro, de modo a que este corresponda sempre à plenitude das necessidades dos seus usuários;

4) aprimorar, sistematicamente, os fatores humanos, operacionais, técnicos, administrativos e jurídico-legais que possam aumentar os níveis de eficiência e qualidade dos serviços prestados pelo mercado de seguros;

5) dinamizar e ampliar o processo de comercialização para que o seguro possa atingir, mais rapidamente, toda a procura latente dos seus serviços;

6) demarcar, em termos objetivos e criteriosos, as fronteiras que separam o seguro privado e o seguro social, para que ambas as instituições, nas áreas que lhes são próprias, evoluam, cada vez mais e melhor, completando-se na oferta de serviços e

de benefícios que são de interesse do público;

7) fixar, à luz das diversas experiências até agora acumuladas no campo do seguro e do resseguro internacionais, a estratégia da próxima etapa de expansão do mercado nacional nesse importante setor;

8) fortalecer a capacidade econômico-financeira do mercado segurador nacional e, portanto, sua crescente participação, como investidor institucional, no processo de desenvolvimento sócio-econômico do País.

O seguro brasileiro, em suma, tem condições e recursos para expandir-se na economia interna do País e, igualmente, para conquistar novas e melhores posições no mercado internacional. E vai empenhar-se, certamente com êxito, no aproveitamento máximo dessas potencialidades de crescimento.

Para isso, no entanto, será indispensável que o mercado segurador desfrute de grau suficiente de autonomia e liberdade de movimentos, a fim de que não seja tolhido por inibições prejudiciais à constante melhoria da qualidade dos serviços prestados ao público segurado, à economia nacional e à sociedade brasileira. Como salientou o Sr. Governador Francelino Pereira, com toda propriedade, ao instalar esta Conferência, na presente etapa histórica da evolução da economia brasileira é necessário

ABRIR À INICIATIVA PRIVADA UM ESPAÇO  
MAIS AMPLO, UMA OPORTUNIDADE MAIS EFETI-  
VA DE EXERCITAR A SUA CRIATIVIDADE NA  
BUSCA DE NOVOS NEGÓCIOS.-

./.



# 11ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO

BELO HORIZONTE, MG 6 A 10 DE OUTUBRO DE 1980

DIA 10 - SEXTA FEIRA

17.00 Horas - Sessão Solene de Encerramento

Discurso do Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização, Sr. Clinio Silva.

Esta cerimônia encerra a Conferência de Belo Horizonte, mas certamente não a esgota. Na verdade, hoje apenas termina um ciclo de trabalhos; uma fase cujo propósito foi a localização de espaços vazios, ou melhor, o inventário de novas oportunidades de expansão para o seguro brasileiro. No próximo ciclo, para o qual se projetarão idéias desta Conferência, a tarefa será a da efetiva ocupação de novos domínios ainda conquistáveis pelo nosso mercado segurador.

Quando, aqui e no mundo inteiro, o panorama econômico é dos menos alentadores, chega a parecer otimista a atitude dos seguradores brasileiros, entregando-se a projetos de expansão. Por detrás dessa aparência, no entanto, o que há é simplesmente uma forte dose de realismo.

A presente crise mundial, a que até não faltam componentes bélicos, sem dúvida alguma também será ultrapassada, como tantas outras o foram, anteriormente. A diferença é que, embora a própria civilização ocidental tenha habituado as sociedades modernas a conviverem cada vez mais com o risco, deste o homem hoje possui outra ótica, que o deixa bem mais apreensivo pelas novas dimensões das suas consequências.

A Revolução Industrial, que desencadeou fabulosa evolução científica e tecnológica, trouxe a euforia econômica e a promessa da civilização do bem-estar. Mas, paradoxalmente, a cada avanço no sentido de tal promessa, ao mesmo tempo foi transformando a civilização ocidental na civilização do risco.

A linguagem corrente espelha essa mudança. O megaton, o megavolt, o megawatt, a megalópole, o supermercado, o arranha-céu (que agora é torre e, por sinal, às vezes com feitio de chaminé); o superpetroleiro e o "shopping center", eis algumas expres

sões que designam os mamutes da era moderna. Fala-se muito mais, hoje em dia, não de manufatura e de artesanato, mas de pólos industriais. O 14 bis agora é Jumbo. A carruagem passou a ser auto-móvel, veículo responsável por morticínio até agora maior que o das guerras.

Em síntese, a industrialização gerou a sociedade do gigantismo econômico. Mas o fez, à custa de uma tecnologia ambivalente. Como o "iceberg", uma tecnologia que à superfície revela excepcional poder de criar riqueza, conforto, desenvolvimento e progresso; mas que, na parte submersa e bem menos visível, esconde o que existe de vulnerável no progresso criado.

Essa parte submersa (o risco), à imagem e semelhança da sociedade industrial que resplandece na superfície, também se agigantou. E quando, embaixo, se liberam suas forças potenciais, o que está sob o seu alcance, em cima, já não é mais o armazém, a casa, a pequena manufatura, a carruagem, o barco ou o 14 bis.

Em suma, o risco também tomou novas e excepcionais dimensões. Por isso, a civilização do risco é também, necessariamente, a civilização do seguro. Daí não ser perdoável ao segurador, em qualquer circunstância econômica, eximir-se da obrigação de abrir novos caminhos ao exercício da sua atividade. Daí também uma boa razão, se outras não existissem, para esta Conferência.

Sem dúvida alguma, em nossa civilização risco e seguro guardam, cada vez mais, estreita e íntima associação. Disso temos, no cotidiano brasileiro, três eloquentes exemplos registrados pela imprensa há poucos dias. Os jornaleiros, através das suas Associações de Campinas e de outras cidades, propuseram seguro específico para as bancas de jornais, agora postas em contato com um novo tipo de risco. A Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento, por sua vez, também pretende a criação de um seguro, para garantia dos financiamentos de pesquisas minerais. E, no 3º Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias, a indústria da construção foi alertada para o seu escasso uso do seguro de riscos de engenharia.

Na verdade, é impossível negar ou esconder a importância do seguro na economia moderna. Ele estimula o investimento, absorvendo e pulverizando riscos que os agentes econômicos não querem nem podem assumir. E investimento significa expansão tanto do nível de renda quanto da economia. No sentido inverso, pelo fato de reparar o dano que afeta a capacidade produtiva, o seguro evita o desinvestimento e suas repercussões negativas — diria até recessivas (para usar palavra muito atual).

Exatamente por cobrir perdas não suportáveis pelos que as sofrem, o seguro tem outra virtude econômica, salientada por Paul Samuelson, Prêmio Nobel de Economia: estabiliza a renda de todos, porque promove a diluição coletiva dessas perdas, ao invés de deixá-las arbitrariamente distribuídas segundo os caprichos do acaso.

Nessa rápida incursão pela teoria econômica do seguro, lembro ainda sua função de acumular poupanças, o que leva as empresas seguradoras a atuarem como investidoras institucionais. Investidoras cujo volume crescente de recursos é obrigatória e necessariamente destinado, na maior parte, a aplicações voltadas para o desenvolvimento econômico.

O exercício dessas funções econômicas dá, evidentemente, características especiais ao "consumo" do seguro, que o tornam tanto mais necessário quanto menor o grau de desenvolvimento ou o índice de desempenho da economia. Quando, ao índice de desempenho, o que se associa para comprometê-lo é a inflação, um novo ingrediente se adiciona para tornar ainda mais necessário o "consumo" do seguro. Assim, curiosamente, apesar de ser o clima da inflação o mais impróprio para a sua saúde financeira, o seguro sempre encontra e reúne condições de adaptação, quando obrigado a conviver com ele. Ainda bem, no caso brasileiro, que esse clima melhorou nos últimos dois meses. E ainda bem, no caso brasileiro, que o seguro ainda conta com espaços vazios onde buscar reservas

de oxigênio.

Entretanto, parece-me que não basta identificar esses novos domínios de expansão. Para ocupá-los, é ainda indispensável demarcar, com precisão, as fronteiras que separam o seguro privado do seguro social.

A doença, a velhice, a invalidez e a morte, compõem terrível elenco de agentes de insegurança e inquietação. Nas sociedades modernas, de tal modo proliferaram e se diversificaram as necessidades de garantias provocadas por esses agentes, que os horizontes dos chamados seguros de pessoas se ampliam e se deslocam, a cada instante, no curso da evolução econômica e social. O homem moderno aprendeu a ver no emprego e na profissão, não somente a renda imediata, mas também a fonte de recursos para prover necessidades imediatas e imprevistas, isto é, uma fonte de garantias contra as incertezas do futuro e a certeza da velhice e da morte.

No Brasil, os seguros de pessoas ainda se caracterizam pela existência de consideráveis vazios. Basta dizer que o seguro de vida por exemplo, até agora não alcançou arrecadação capaz de ultrapassar o índice per capita de três dólares anuais, marca no entanto já deixada para trás por outras economias com PNB inferior ao brasileiro.

Esse é, conseqüentemente, um vasto campo em que o seguro privado identifica consideráveis espaços a ocupar. Mas que, até agora de certa forma ainda tem esbarrado em inibições para tentar maiores avanços. Entre outros motivos porque, a tais áreas, por falta de uma exata demarcação de fronteiras, o seguro social sempre esta prestes a estender-se, acossado pelas dificuldades que o angustiam no seu próprio espaço.

O tema desta Ila. Conferência é fértil e sua abordagem é ainda ampliada, sem dúvida, pelos numerosos ângulos que lhe acrescenta a crise internacional e, portanto, o momento, também reflexamente crítico da economia brasileiro. No entanto, ficarei por aqui. Penso que já disse o bastante, e até demais, para sublinhar a importância desta Conferência e tornar claro o testemunho que o seguro com ela deixa, do seu firme empenho de continuar evoluindo e, assim, continuar servindo ao desenvolvimento econômico e ao progresso social do País.



11ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE  
SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO  
BELO HORIZONTE / MG 6 A 10 DE OUTUBRO DE 1980

DIA 10 – SEXTA FEIRA

17,00 Horas – Sessão Solene de Encerramento  
Mensagem do Excelentíssimo Sr. Ministro da Fazenda, Dr.  
Ernane Galvêas.

Senhores.

Foi com grande satisfação que recebi o convite para encerrar, nesta acolhedora cidade de Belo Horizonte, a 11ª Conferência Brasileira de Seguros Privados e Capitalização, a primeira que se realiza desde a passagem dessas importantes atividades para a supervisão do Ministério da Fazenda, medida adotada no ano de 1979, em cumprimento a diretrizes do Presidente João Figueiredo.

Estou certo de que este encontro possibilitou intensa troca de experiências e o debate em torno de soluções adequadas para os problemas do setor e para o seu continuado desenvolvimento. Daqui nascerão, sem dúvida, valiosos subsídios que permitirão ao Governo e ao empresariado a adoção de medidas destinadas a aprimorar as atividades de seguro e capitalização no País.

Nesse sentido, cumpre-nos parabenizar os organizadores deste conclave pela iniciativa de escolher, como seu tema central, as possibilidades de crescimento do setor, expresso pelo título "O Preenchimento dos Espaços Vazios na Área de Seguro e Capitalização".

Seria ocioso enfatizar, em meio a tantos especialistas no assunto, a importância do setor segurador, seja pelo seu papel como valioso instrumento de captação e direcionamento de poupanças, indispensável ao impulsionamento das atividades econômicas, seja por sua dimensão social, tão bem des

tacada pelo Governador Francelino Pereira na sessão de abertura desta Conferência.

Análise do desempenho do setor nos últimos anos, permite verificar o seu excepcional ritmo de expansão:

- a arrecadação média real de prêmios, que havia apresentado a irrisória taxa anual de crescimento de 1,7% entre 1960 e 1965, alcançou 12,3% e 17,0% nos períodos de 1966/69 e 1970/76, respectivamente; nos três anos seguintes — 1977/79 — observou-se uma redução desse ritmo — média de 8,2% — o que se pode atribuir à menor expansão da própria economia nacional;
- o patrimônio líquido global evoluiu de Cr\$ 5,4 bilhões em 1976, para Cr\$ 41,2 bilhões em 1979, representando um incremento acumulado de 665%, em valores correntes e de 151% em termos reais. É importante notar que o patrimônio líquido global das seguradoras, que correspondia a 33% do volume de prêmios arrecadados em 1976, cresceu para 40% em 1977, 61% em 1978 e, finalmente, 65% em 1979, revelando o constante fortalecimento da atividade;



— as reservas técnicas evoluíram de Cr\$ 4,6 bilhões em 1976, para Cr\$ 21,1 bilhões em 1979, representando, em termos nominais, um aumento da ordem de 360%. Além disso, enquanto em 1976 equivaliam a 28% do montante dos prêmios arrecadados, no último ano correspondiam a 33%.

Em realidade, os resultados alcançados foram fruto não apenas do desempenho econômico do País, mas também da política de reorganização do setor levada a cabo nos últimos anos e, sem dúvida alguma, da positiva resposta do empresariado aos estímulos oferecidos pelo Governo.

Tomando como marco inicial o Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, verificamos que um constante trabalho de natureza normativa vem ampliando, gradativa e firmemente, o horizonte de atuação das companhias de seguros, com reais benefícios para a economia do País. É bem verdade que tal tendência só assumiu contornos definidos com a instituição dos mecanismos de incentivo às fusões e incorporações, que ensejou a reordenação e o saneamento do Sistema, condição indispensável à posterior concentração de esforços no sentido da correção de falhas ou lacunas de natureza operacional e da adequação institucional do setor às crescentes exigências da economia.

Com efeito, as análises do mercado securitário, efetivadas nos idos de 1969, evidenciaram a existência de um excessivo número de seguradoras (191), atuando em um mercado particularmente estreito (Cr\$ 1,2 milhão de prêmios naquele ano). Essa situação, geradora de acentuada discrepância entre oferta e procura, era responsável por baixos índices de rentabilidade de empresas do ramo, apesar dos esforços desenvolvidos por diversas delas no sentido do rebaixamento dos custos operacionais.

A identificação das causas desses desajustes levou à edição do Decreto-lei nº 1.115, de 24.07.70, que teve o grande mérito de propiciar o redimensionamento do Sistema, através da criação de incentivos fiscais às fusões e incorporações das seguradoras.

A estas se seguiram outras medidas de cunho legal e regulamentar, incluindo-se a Lei 6.435, de 15.7.77, e atos posteriores relacionados com a Previdência Privada, integrando as entidades abertas de previdência ao Sistema Nacional de Seguros Privados. Todas essas medidas permitiram ampliar as oportunidades para que o mercado segurador nacional passasse a ocupar espaços ainda não assistidos, bem como aprimorar a atividade com o propósito de harmonizar sua dinâmica de crescimento com a da própria economia do País.

Contudo, o inegável progresso já alcançado não pode obscurecer o fato de que existe, ainda, uma tarefa de largas proporções a realizar, no sentido do integral aproveitamento da potencialidade do mercado brasileiro de seguros.

Entre as amplas possibilidades existentes, podem ser citadas a agricultura, a indústria de construção civil e as atividades de exportação, setores em que a penetração do seguro é ainda muito incipiente. De outro lado, há também um vazio muito grande em relação aos seguros de livre contratação e mesmo nas modalidades obrigatórias.

Pode-se afirmar, portanto, que há no mercado nacional significativo campo para ampliação das atividades seguradoras, nos seus mais diversos ramos de modalidade, e para elevar sua participação no Produto Interno Bruto, hoje ainda muito baixa (1,1%) em confronto com a de países mais desenvolvidos.

Na área internacional, as nossas possibilidades também são grandes, especialmente na área do resseguro, onde podemos conquistar parcelas crescentes do mercado.

Para atingir esses objetivos, não pode o Governo dispensar a valiosa ajuda das seguradoras nacionais, tanto no sentido da realização de estudos de natureza técnica visan

do à solução dos problemas ainda existentes, como de maior empenho na difusão, através de processos modernos de "marketing", de importantes ramos de seguro que ainda não alcançaram a dimensão que merecem.

Nesse sentido, o Ministério da Fazenda, o IRB e a SUSEP estão inteiramente abertos ao diálogo e ao trabalho em comum, seja no âmbito do Conselho Nacional de Seguros Privados, que conta com a operosa e eficiente participação de ilustres representantes da iniciativa privada, seja pelo contato direto com as empresas e entidades do setor.

Muito Obrigado.



## SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

<b>DIRETORIA</b>	Walmiro Ney Cova Martins — Presidente
	Pedro Pereira de Freitas — Vice-Presidente
	Nelson Roncaratti — 1.º Secretário
	Octávio Cesar do Nascimento — 2.º Secretário
	Jayme Brasil Garfinkel — 1.º Tesoureiro
	Waldemar Lopes Martinez — 2.º Tesoureiro
<b>SUPLENTES</b>	Alberico Ravedutti Bulcão
	Gilson Cortines de Freitas
	Rubens dos Santos Dias
	Sérgio Túbero
	Ryula Toita
	Sérgio Carlos Faggon
<b>CONSELHO FISCAL</b>	P. W. B. Giuliano
	Giovanni Meneghini
	Mamoru Yamamura
<b>SUPLENTES</b>	Luiz José Carneiro de Mendonça
	João Gilberto Posslede
	Moysés Leme
<b>DELEGADOS REPRESENTANTES</b>	Walmiro Ney Cova Martins
	Pedro Pereira de Freitas
<b>SUPLENTES</b>	Nelson Roncaratti
	Octávio Cesar Nascimento
<b>SECRETÁRIO EXECUTIVO</b>	Roberto Luz
<b>DEPARTAMENTO TÉCNICO DE SEGUROS</b>	Conselho Técnico de Seguros - Comissões Técnicas: - Acidentes Pessoais e DPVAT - Agrícola - Assuntos Contábeis e Fiscais - Assuntos Jurídicos - Automóveis e Responsabilidade Civil - Incêndio e Lucros Cessantes - Responsabilidade Civil Geral - Riscos Diversos - Riscos de Engenharia - Roubo, Vidros e Aeronáuticos - Transportes e Cascos - Vida e Previdência Privada.

AV. SÃO JOÃO, 313 - 7.º ANDAR - FONES 223-7036 - 222-6878 - 223-7041 - 223-4649 - END. TELEGR. "SEGECAP" SÃO PAULO - CGC 60.495.231

## FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO

<b>DIRETORIA</b>	Clinio Silva — Presidente
	Walmiro Ney Cova Martins — 1.º Vice-Presidente
	Alberto Oswaldo Continentino de Araujo — 2.º Vice-Presidente
	Hamilcar Pizzatto — 1.º Secretário
	Ruy Bernardes de Lemos Braga — 2.º Secretário
	José Maria Souza Teixeira Costa — 1.º Tesoureiro
	Délio Ben-Sussan Dias — 2.º Tesoureiro
<b>SUPLENTES</b>	Victor Arthur Renault
	Nilo Pedreira Filho
	Antonio Ferreira dos Santos
	Mário José Gonzaga Petrelli
	Geraldo de Souza Freitas
	Antonio Paulo Noronha
	Eduardo Ramos Burlamaqui de Mello